



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 03/03/2021 a 04/03/2021



Índice**Blog do FM | RN**

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise

Notícias – 03/03/2021 5

Portal da Tropical | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise

Notícias – 03/03/2021 8

Blog do Carlos Santos | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Setor produtivo pede socorro para segmento atingido por pandemia

Notícias – 03/03/2021 10

Turismo Por Cristina Lira | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN

Estão abertas novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN

Notícias – 03/03/2021 11

Secretaria de Turismo do RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN

Novas vagas para cursos online de biossegurança estão com inscrições abertas até este domingo (07)

Notícias – 03/03/2021 12

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN

Estão abertas novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN

Notícias - 03/03/2021 13

Potiguar Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / CNC / MARCELO QUEIROZ

CNC e Federações lançam campanha sobre adesão à Contribuição Assistencial

Notícias - 03/03/2021 14

e-TURISMO | RN**Pesquisa revela que setor de artesanato cresce no digital, mas perde com ausência de feiras**

Notícias - 03/03/2021 15

Tribuna do Norte | RN**Shopping de Natal ganha selo de limpeza contra Covid-19**

Notícias - 03/03/2021 16

Tribuna do Norte | RN**Parnamirim atualiza funcionamento do comércio e publica medidas de combate à Covid-19**

Notícias - 03/03/2021 17

Tribuna do Norte | RN**Município do Natal publica novas regras em decreto**

Notícias - 04/03/2021 18

Estadão | DF**Leilão de 5G pode custar R\$ 12 bi além do previsto**

Notícias - 04/03/2021

19

Estadão | DF**'Sem vacinação em massa não saímos desse problema'**

Notícias - 04/03/2021

20

Estadão | DF**Casa Verde e Amarela tem lançamentos suspensos por disparada nos custos**

Notícias - 04/03/2021

21

Estadão | RJ**PIB cai 4,1% e piora da pandemia põe em xeque capacidade de retomada**

Notícias - 04/03/2021

22

Folha de São Paulo | DF**Na pior década da história, renda dos brasileiros encolhe 5,5%**

Notícias - 04/03/2021

23

Folha de São Paulo | SP**Economia sofre maior tombo em 30 anos**

Notícias - 04/03/2021

24

Folha de São Paulo | SP**Economistas não veem sinal de fim de recessão e já falam em ano perdido em 2021**

Notícias - 04/03/2021

25

Folha de São Paulo | SP**Motor do PIB, consumo das famílias tem queda recorde**

Notícias - 04/03/2021

26

Folha de São Paulo | SP**Ação da Petrobrás despenca após saída de conselheiros; dólar bate os R\$ 5,77**

Notícias - 04/03/2021

27

Folha de São Paulo | SP**Intervenções de Bolsonaro elevam preços, dizem analistas**

Notícias - 04/03/2021

28

O Globo | SP**Brasil deixa o grupo das dez maiores economias após retração em 2020**

Notícias - 04/03/2021

29

O Globo | SP**Proposta que destrava auxílio avança no senado**

Notícias - 04/03/2021

30

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Tribuna do Norte que trata sobre as modificações no decreto que traz restrições para conter a pandemia de Covid-19 na capital potiguar. A Prefeitura do Natal tornou pública, nesta quarta-feira (03), as modificações que limitam a ocupação de templos religiosos e horários de serviços gerais em condomínios, mas que ampliam o período de funcionamento do comércio de rua. No decreto publicado em 26 de fevereiro, o funcionamento das lojas “de porta para a rua” era limitado das 9h às 17, após negociação com representantes do comércio, o município ampliou em duas horas o período de funcionamento do setor, que passa a ser permitido das 8h às 18h. Confira mais detalhes na página 18 do clipping.

O jornal Estadão destaca que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro fechou o ano passado com queda de 4,1%, de acordo com informações divulgadas pelo Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB representa todo o valor gerado pela economia do País e, em 2020, ano marcado pela crise da Covid-19, registrou o pior desempenho anual numa série desde 1901, compilada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com a piora da pandemia e o fim do auxílio emergencial em janeiro, indicadores mais recentes mostram que a desaceleração continuou neste início de ano, o que lança dúvidas sobre o ritmo de recuperação. Saiba mais na página 22 do clipping.

O jornal Folha de São Paulo, na página 23 do clipping, noticia que a renda per capita no Brasil encolheu em 5,5% em 2020. Em média, cada brasileiro teve renda de R\$ 35.172 em todo o ano passado. O valor significa uma perda de quase R\$ 1.770 em relação a 2019, já considerada a inflação, e de R\$ 2.020 ante 2010. Ainda na Folha, matéria destaca que o consumo das famílias teve queda recorde em 2020. Segundo dados do IBGE, a baixa foi de 5,5% em relação a 2019, maior queda registrada na série histórica iniciada em 1996. Leia detalhes na página 26 do clipping.

O Aumento nos custos dos materiais de construção está fazendo com que as empresas suspendam o lançamento de novos projetos dentro do Casa Verde e Amarela. Como o programa tem um teto para o preço dos imóveis, as construtoras não conseguem repassar o aumento nos custos e então preferem desistir do projeto e colocar em risco sua lucratividade. Leia mais em matéria do Estadão, na página 21 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Blog do FM – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** RN – **Imagem:** 1/3

Título: Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise **Impacto:** Positivo

Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos>

-ao-governo-e-prefeituras-para-tentar-amenizar-crise

CORONAVÍRUS

Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise

3 de março de 2021 às 15:15 • Comentar

ALÉM DOS
PLEITOS, O
DOCUMENTO
ENUMERA
AÇÕES
IMEDIATAS
QUE O
SETOR
PRODUTIVO
ESTÁ PONDENDO
EM PRÁTICA.
FOTO:
SETUR

A Fecomércio, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram, nesta terça-feira, 2, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias. No caso específico da Prefeitura de Natal, o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, e o coordenador da CET, George Costa, também entregaram o documento diretamente ao prefeito Álvaro Dias, aproveitando uma reunião ocorrida no final da manhã com representantes do comércio da capital.

“Nós entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destoar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver. Também iremos buscar, junto à nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma com foco específico neste setor e, até mesmo, a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos ele juntos”, afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada “Lazer com Responsabilidade”, composta de equipes que circularão nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

O pacote de sugestões foi elaborado pelas equipes técnicas da Fecomércio, do Sebrae RN e das entidades empresariais que compõem a CET e é uma tentativa de evitar um prejuízo maior ainda às empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo, segmento que responde por cerca de 30% do PIB potiguar, e que gera em torno de 110 mil empregos diretos e formais.

Veja a lista de todos os pleitos apresentados e das entidades que a assinam:

Veículo: Blog do FM – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** RN – **Imagem:** 2/3
Título: Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise
Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-para-tentar-amenizar-crise>

PEDIDOS AO GOVERNO DO ESTADO

Pleitos Fiscais e Tributários

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 120 dias;
2. Adiantamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições etc.) estaduais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retomando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Prorrogação do vencimento de tributos estaduais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária estadual pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
4. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos estaduais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Estado da Fazenda;
5. Manter o programa de parcelamento (REFIS) estadual, com condições e juros diferenciados para os débitos relativos aos anos de 2020 e 2021;
6. Implantar a redução do ICMS incidente sobre a energia elétrica de bares, restaurantes, agências de viagem, empresas de receptivo e afins), casas de recepção e/ou buffets, até 31.12.2021, conforme já concedido ao setor de hotéis e pousadas.

Concessão de crédito pela Agência de Fomento do RN S.A.

1. Urge a implementação de esforços efetivos pela Agência de Fomento do RN (AGN) para uma forte divulgação e facilitação do acesso aos recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), bem como a disponibilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), inclusive, com a utilização do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) do Sebrae;
2. Instaurar mais opções de crédito, com taxas de juros máxima de 4,5% ao ano, carência mínima de seis meses para início do pagamento e prazo mínimo de 24 meses para quitação, objetivando o custeio dos salários, encargos e benefícios dos colaboradores, além do pagamento de fornecedores. O Pronarup instituído pelo Governo Federal é um bom referencial de crédito;
3. É necessária uma mobilização da Agência de Fomento do RN (AGN) para a simplificação dos procedimentos e criação dos mecanismos de acesso digital, permitindo, portanto, que os atendimentos sejam on-line para alcançar empreendedores em todo o Rio Grande do Norte de forma ágil. A hora é de transformação digital para dar celeridade nesses tempos de crise.

Tarifas públicas

1. Isenção da taxa de esgoto, durante o período de fechamento ou limitação de horário, dos estabelecimentos com restrições de funcionamento (Caem);
2. Desconto do valor do IPVA para veículos devidamente registrados em nome de empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento (SET RN);
3. Suspensão do corte de fornecimento de Gás Natural (Potigás) para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento até o fim do período de calamidade;
4. Instaurar um parcelamento especial, com prazos diferenciados, para contas de gás em aberto (Potigás);
5. Criação de “tarifa da retomada econômica” para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento, com preços mais atrativos no Gás Natural, similares aos praticados na indústria (Potigás);
6. Fomentar a conversão de equipamentos de GLP para GN, através da oferta de linha de crédito por meio da AGN.

Veículo: Blog do FM – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** RN – **Imagem:** 3/3
Título: Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise
Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-para-tentar-amenizar-crise>

Assinam o documento

Marcelo Queiroz

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN)

George Costa

Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio)

Habib Chalita

Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio

Paolo Passarielo

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrabes), membro da CET Fecomércio

José Ferreira de Melo Neto

Superintendente do Sebrae RN

Abdon Gosson

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN

George Gosson

Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Rútilo Coelho

Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Francisco Câmara Júnior

Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio

Michele Pereira

Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio

José Maria Pinheiro

Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajct), membro da CET Fecomércio

Wanderson Borges

Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashrep)

Adriano Cartelli

Presidente da Abrascl Pipa

Veículo: Portal da Tropical – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2
Título: Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise **Impacto:** Positivo
Link: <https://portaldatropical.com.br/arn/entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-para-tentar-amenizar-crise>

Economia

Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise

Redação / Portal da Tropical
04/03/2021 11:55 - Atualizado em: 03/03/2021 14:01



Foto: Divulgação/Sebrae RN

A Fecomércio, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram, nesta terça-feira, 2, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias. No caso específico da Prefeitura de Natal, o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, e o coordenador da CET, George Costa, também entregaram o documento diretamente ao prefeito Álvaro Dias, aproveitando uma reunião ocorrida no final da manhã com representantes do comércio da capital (ver retranca abaixo).

"Nós entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destacar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver. Também iremos buscar, junto à nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma com foco específico neste setor e, até mesmo, a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos ele juntos", afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada "Lazer com Responsabilidade", composta de equipes que circularão nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

O pacote de sugestões foi elaborado pelas equipes técnicas da Fecomércio, do Sebrae RN e das entidades empresariais que compõem a CET e é uma tentativa de evitar um prejuízo maior ainda às empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo, segmento que responde por cerca de 30% do PIB potiguar, e que gera em torno de 110 mil empregos diretos e formais.

Veja a lista de todos os pleitos apresentados e das entidades que a assinam:

PEDIDOS AO GOVERNO DO ESTADO

Pleitos Fiscais e Tributários:

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 120 dias;
2. Adiantamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições etc.) estaduais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retornando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Prorrogação do vencimento de tributos estaduais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária estadual pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
4. Deterioração dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos estaduais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Estado da Fazenda;
5. Manter o programa de parcelamento (REFIS) estadual, com condições e juros diferenciados para os débitos relativos aos anos de 2020 e 2021;
6. Implantar a redução do ICMS incidente sobre a energia elétrica de bares, restaurantes, agências de viagem, empresas de receptivo e afins, casas de recepção e/ou buffets, até 31.12.2021, conforme já concedido ao setor de hotéis e pousadas.

Concessão de crédito pela Agência de Fomento do RN S.A.

1. Urge a implementação de esforços efetivos pela Agência de Fomento do RN (AGFN) para uma forte divulgação e facilitação do acesso aos recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), bem como a disponibilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), inclusive, com a utilização do Fundo de avulso às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) do Sebrae;
2. Instituir mais opções de crédito, com taxas de juros máxima de 4,5% ao ano, carência mínima de seis meses para início do pagamento e prazo mínimo de 24 meses para quitação objetivando o custeio dos salários, encargos e benefícios dos colaboradores, além do pagamento de fornecedores. O Pronampe instituído pelo Governo Federal é um bom referencial de crédito;
3. É necessária uma mobilização da Agência de Fomento do RN (AGFN) para a simplificação dos procedimentos e criação dos mecanismos de acesso digital, permitindo, portanto, que os atendimentos sejam on-line para alcançar empreendedores em todo o Rio Grande do Norte de forma ágil. A hora é de transformação digital para dar celeridade nesses tempos de crise.

Tarifas públicas

1. Isenção da taxa de esgoto, durante o período de fechamento ou limitação de horário, dos estabelecimentos com restrições de funcionamento (Coern);
2. Desconto do valor do IPVA para veículos devidamente registrados em nome de empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento (SET RN);
3. Suspensão do corte de fornecimento de Gás Natural (Potigás) para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento até o fim do período de calamidade;
4. Instituir um parcelamento especial, com prazos diferenciados, para contas de gás em aberto (Potigás);
5. Criação de "tarifa da retomada econômica" para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento com preços mais atrativos no Gás Natural, similares aos praticados na indústria (Potigás);
6. Fomentar a conversão de equipamentos de GLP para GN, através da oferta de linha de crédito por meio da AGN.

Veículo: Portal da Tropical – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/2

Título: Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise

Link: <https://portaldatropical.com.br/arn/entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-para-tentar-amenizar-crise>

PEDIDOS ÀS PREFEITURAS

Pleitos Fiscais e Tributários

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 90 dias;
2. Adiamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições) municipais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retornando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Concessão de crédito equivalente a 50% do IPTU 2020 para abater em 2021 ou 2022 (no caso de quem já tenha pago o exercício 2021);
4. Redução da alíquota de ISS para as empresas dos setores abrangidos pela restrição de funcionamento, de 5% para 2%, por um período de seis meses contados a partir de 1º de março de 2021;
5. Prorrogação do vencimento de tributos municipais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
6. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos municipais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Fazenda no município.

Assinam o documento

Marcelo Queiroz

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da RN (Fecomércio RN)

George Costa

Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio)

Habib Chalita

Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio

Paolo Passarielo

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), membro da CET Fecomércio

José Ferreira de Melo Neto

Superintendente do Sebrae RN

Abdon Gosson

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN

George Gosson

Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Rútilo Coelho

Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Francisco Câmara Júnior

Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio

Michele Pereira

Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio

José Maria Pinheiro

Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajet), membro da CET Fecomércio

Wanderson Borges

Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashtep)

Adrienne Cantelli

Presidente da Abrasel Pipa

Veículo: Carlos Santos – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** RN
Título: Setor produtivo pede socorro para segmento atingido por pandemia **Impacto:** Positivo
Link: <http://blogcarlossantos.com.br/setor-produtivo-pede-socorro-para-segmeneto>

Turismo, eventos, bares/restaurantes

Quarta-Feira - 03/03/2021 - 20:32h

Setor produtivo pede socorro para segmento atingido por pandemia



Queiroz: apelo para setor importante (Foto: arquivo)

Um elenco de entidades representativas do setor produtivo do RN e no âmbito de Mossoró, encaminhou ao prefeito mossoroense Allyson Bezerra (Solidariedade), um conjunto de sugestões para atenuar efeitos da pandemia na atividade de turismo, eventos, bares e restaurantes.

Essa mobilização é comandada por **Marcelo Queiroz**, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (FECOMÉRCIO/RN).

“Ocorre que a piora no quadro da pandemia no ano de 2021 e as medidas de restrição anunciadas e direcionadas à atividade empresarial, em especial, à cadeia produtiva do turismo que contempla hotéis e pousadas, bares e restaurantes, agências de viagem, casas de recepções e/ou buffets, receptivos e passeios, lojas de artesanato, entre outras atividades, apontam para uma nova crise que enfraquecerá ainda mais o comércio e os serviços turísticos”, apontam as entidades.

Veja abaixo uma síntese das propostas protocoladas no município:

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 90 dias;
 2. Adiantamento e parcelamento dos tributos (Impostos, taxas e contribuições) municipais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retornando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária.
 3. Concessão de crédito equivalente a 50% do IPTU 2020 para abater em 2021 ou 2022 (no caso de quem já tenha pago o exercício 2021);
 4. Redução da alíquota de ISS para as empresas dos setores abrangidos pela restrição de funcionamento, de 5% para 2%, por um período de seis meses contados a partir de 1º de março de 2021;
 5. Prorrogação do vencimento de tributos municipais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
 6. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos municipais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Fazenda no município.
- Também é oferecido um leque de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos.

Veja abaixo quem subscreve o documento:

Marcelo Queiroz, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN);

George Costa, Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio);

Habib Chalita, Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio;

Paolo Passarielo, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), membro da CET Fecomércio;

José Ferreira de Melo Neto, Superintendente do Sebrae RN;

Abdon Gosson, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN;

George Gosson, Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio;

Rútilo Coelho, Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio;

Francisco Câmara Júnior, Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio;

Michele Pereira, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio;

José Maria Pinheiro, Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajjet), membro da CET Fecomércio;

Wanderson Borges, Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashtep);

Adrienne Cantelli, Presidente da Abrasel Pipa.

Acompanhe o Blog Carlos Santos pelo [Twitter AQUI](#), [Instagram AQUI](#), [Facebook AQUI](#) e [Youtube AQUI](#).

Categoria(s): [Administração Pública / Economia](#)

Veículo: Turismo Por Cristina Lira – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Estão abertas novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN **Impacto:** Positivo
Link: <https://cristinalira.com/arna-abertas-novas-vagas-para-os-cursos-online-de-biosarnamiri-ofertados-pelo-senac-rn>

Estão abertas novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN

📅 3 de março de 2021 👤 Cristina Lira Turismo 📁 Notícias

São 150 vagas disponíveis com inscrições até domingo dia 07

O curso, oferecido gratuitamente, foi criado pela parceria entre Secretaria do Turismo do Estado e Emprotur com o Sistema Fecomércio, por meio do Senac, Sabrae e entidades do trade turístico do estado durante a formulação do selo Turismo+Protegido.

Essa capacitação acerca dos protocolos sanitários é um pré-requisito na obtenção do selo estadual Turismo+Protegido por prestadores e profissionais do turismo. O estabelecimento precisa ter capacitado pelo menos um colaborador de cada segmento.

A adesão ao selo, gratuita e voluntária, possibilita a participação em outros programas, como o Turismo Cidadão, que em parceria com a Nota Potiguar oferece vouchers para os usuários do aplicativo. Por isso, você, gestor municipal, divulgue e incentive para os empreendimentos da sua cidade. Isso também fortalece a confiança de moradores e turistas para uma experiência mais segura.

Para mais informações sobre o curso, acesse o site: www.rn.senac.br, e realize sua inscrição.

Mais informações sobre o selo Turismo+Protegido, acesse: <http://www.turismoprotegido.rn.gov.br/>

Programa Senac de Gratuidade

150 VAGAS

CURSOS GRATUITOS DE BIOSSEGURANÇA

INSCRIÇÕES ABERTAS
DE 01 A 07/03

GARANTA A SUA VAGA, ACESSE:

www.rn.senac.br

PLANO DE RETOMADA DO TURISMO DO RN

Fecomércio RN Sesc - Senac

Senac

Veículo: SETUR – Secretaria de Turismo do RN – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** RN
Título: Novas vagas para cursos online de biossegurança estão com inscrições abertas até este domingo (07) **Impacto:** Positivo
Link: <http://setur.rn.gov.br/?p=8631&lang=it>

The banner features a blue header with the 'Programa Senac de Gratuidade' logo. Below it, a green rounded rectangle contains the text '150 VAGAS'. The main title 'CURSOS GRATUITOS DE BIOSSEGURANÇA' is in large green letters. Below the title, it says 'INSCRIÇÕES ABERTAS DE 01 A 07/03'. A call to action 'GARANTA A SUA VAGA, ACESSE:' is followed by a green button with the website 'www.rn.senac.br' and a mouse cursor icon. At the bottom, logos for 'PLANO DE RETOMADA DO TURISMO DO RN', 'Fecomércio RN Sesc Senac', and 'Senac' are displayed.

Novas vagas para cursos online de biossegurança estão com inscrições abertas até este domingo (07)

Estão abertas novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN. São 150 vagas disponíveis com inscrições até domingo dia 07

O curso, oferecido gratuitamente, foi criado pela parceria entre Secretaria do Turismo do Estado e Emprotur com o Sistema Fecomércio, por meio do Senac, Sabrae e entidades do trade turístico do estado durante a formulação do selo Turismo+Protegido.

Essa capacitação acerca dos protocolos sanitários é um pré-requisito na obtenção do selo estadual Turismo+Protegido por prestadores e profissionais do turismo. O estabelecimento precisa ter capacitado pelo menos um colaborador de cada segmento.

A adesão ao selo, gratuita e voluntária, possibilita a participação em outros programas, como o Turismo Cidadão, que em parceria com a Nota Potiguar oferece vouchers para os usuários do aplicativo. Por isso, você, gestor municipal, divulgue e incentive para os empreendimentos da sua cidade. Isso também fortalece a confiança de moradores e turistas para uma experiência mais segura.

Para mais informações sobre o curso, acesse o site: www.rn.senac.br, e realize sua inscrição.

Mais informações sobre o selo Turismo+Protegido, acesse: <http://www.turismoprottegido.rn.gov.br/>

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 03/03/21

Título: Estão abertas novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/arna-abertas-novas-vagas-para-os.html>

ESTÃO ABERTAS NOVAS VAGAS PARA OS CURSOS ONLINE DE BIOSSEGURANÇA, OFERTADOS PELO SENAC RN

03 março

Programa Senac de Gratuidade

150 VAGAS

CURSOS GRATUITOS DE BIOSSEGURANÇA

INSCRIÇÕES ABERTAS
DE 01 A 07/03

GARANTA A SUA VAGA, ACESSE:

www.rn.senac.br

PLANO DE RETOMADA DO TURISMO DO RN | Fecomércio RN Sesc Senac | Senac

São 150 vagas disponíveis com inscrições até domingo dia 07

O curso, oferecido gratuitamente, foi criado pela parceria entre Secretaria do Turismo do Estado e Emprotur com o Sistema Fecomércio, por meio do Senac, Sabrae e entidades do trade turístico do estado durante a formulação do selo Turismo+Protegido.

Essa capacitação acerca dos protocolos sanitários é um pré-requisito na obtenção do selo estadual Turismo+Protegido por prestadores e profissionais do turismo. O estabelecimento precisa ter capacitado pelo menos um colaborador de cada segmento.

A adesão ao selo, gratuita e voluntária, possibilita a participação em outros programas, como o Turismo Cidadão, que em parceria com a Nota Potiguar oferece vouchers para os usuários do aplicativo. Por isso, você, gestor municipal, divulgue e incentive para os empreendimentos da sua cidade. Isso também fortalece a confiança de moradores e turistas para uma experiência mais segura.

Para mais informações sobre o curso, acesse o site: www.rn.senac.br, e realize sua inscrição.

Mais informações sobre o selo Turismo+Protegido, acesse: <http://www.turismoprottegido.rn.gov.br/>

Veículo: Potiguar Notícias – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** RN
Título: CNC e Federações lançam campanha sobre adesão à Contribuição Assistencial **Impacto:** Positivo
Link: <https://potiguarnoticias.com.br/noticias/47852/cnc-e-federacoes-lancam-campanha-sobre-adesao-a-contribuicao-assistencial>

CNC e Federações lançam campanha sobre adesão à Contribuição Assistencial

03/03/2021



A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e suas Federações filiadas lançaram, nesta semana, a campanha "Fortaleça sua Empresa". A iniciativa visa estimular a adesão das empresas do comércio, serviços e turismo à Contribuição Assistencial e reforçar os benefícios que o suporte dado pelos sindicatos para a construção de uma classe econômica ainda mais organizada e forte.

"Com a adesão à Contribuição Assistencial, as empresas fortalecem o sindicato que as representa, como também, têm o respaldo de uma instituição que oferece serviços e ações para o empreendedor e seus colaboradores. Além de ser responsável pela Convenção Coletiva de Trabalho, os sindicatos oferecem diversos benefícios e facilidades exclusivas aos seus filiados", comentou **Marcelo Queiroz**, presidente da Fecomércio RN.

Um dos benefícios é o acesso aos serviços oferecidos pela Fecomércio, Sesc e Senac em todo o Brasil. São cursos de capacitação e qualificação profissional, opções de lazer, esporte, assistência, com valores subsidiados.

Para conhecer mais sobre o trabalho e fazer a adesão, o empresário pode acessar o site <http://fortalecasuaempresa.com.br/>. Acesse também os depoimentos dos potiguares beneficiados com os serviços oferecidos pelo **Sistema Fecomércio RN** https://youtu.be/la_B5cdu3_U, <https://youtu.be/NGDuX1Y3zO4>.

Veículo: Blogs e-TURISMO – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** RN

Título: Pesquisa revela que setor de artesanato cresce no digital, mas perde com ausência de feiras **Impacto:** Neutro

Link: <http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/93096>

Pesquisa revela que setor de artesanato cresce no digital, mas perde com ausência de feiras

3 de março de 2021 por antonio/roberto

Comentários [Recomendar 0](#) [Tweet](#)



Artesanato potiguar

Pesquisa feita pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, mostrou que os empresários do setor de artesanato foram os que mais usaram o whatsapp como ferramenta de venda (92%), entre todos os segmentos da economia. Os pequenos negócios do artesanato aparecem em segundo lugar quando o assunto é lançamento de novos produtos ou serviços. No levantamento do Sebrae, 53% desses empresários criaram novidades desde o início da crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, onde esse percentual foi 56%.

Os empresários do artesanato também aparecem em segundo lugar quando o tema é uso de meios digitais (redes sociais, internet, aplicativos etc.) na hora da venda. No levantamento feito em novembro, 83% dos empresários já usavam esses recursos, perdendo apenas para as empresas da moda (84%). Esse dado representa uma evolução. No levantamento realizado em maio, 77% dos entrevistados declararam usar meios digitais para venda.

Há 10 anos o setor vem apresentando um crescimento gradual no uso de redes sociais para fins comerciais e, durante esse período pandêmico, a digitalização se tornou ainda mais necessária. O cancelamento de parte dos grandes eventos, como feiras de artesanato, afetou diretamente a principal fonte de renda do setor. Esse mercado tem uma peculiaridade muito forte: a proximidade na relação entre clientes e artesãos. O contato direto com o artista e com a obra são fundamentais e fazem com que o setor tenha características bastante específicas.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Shopping de Natal ganha selo de limpeza contra Covid-19 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/shopping-de-natal-ganha-selo-de-limpeza-contra-covid-19/504215>

Shopping de Natal ganha selo de limpeza contra Covid-19

Publicação: 2021-03-03 21:12:00

O Natal Shopping mantém há seis meses nota máxima na certificação Clean & Safe do selo Safeguard, do Grupo Bureau Veritas. O selo diz respeito ao seguimento de todos os protocolos, requisitos legais e boas práticas para prevenção e controle da propagação da Covid-19.



Créditos: Divulgação

De acordo com Felipe Furtado, superintendente do shopping, periodicamente é feita uma análise profissional e a partir desta avaliação o shopping é enquadrado nos critérios utilizados pelo grupo responsável pelo selo. "Todos os meses recebemos a visita de um profissional, sem aviso prévio, que realiza uma vistoria no mall e nas nossas áreas de serviços. É feita uma avaliação com base na regulamentação, decretos e protocolos de segurança relacionados ao coronavírus", destaca. Além disso, para o superintendente, a segurança dos clientes e dos funcionários do shopping é a prioridade neste período de pandemia.

Sobre o selo

Além de avaliar os protocolos de biossegurança realizados pelo shopping, o selo também avalia o compromisso da gestão e o cumprimento de regras e boas práticas de segurança e qualidade. Um exemplo é a adoção de meios de pagamento contactless, em que não há circulação de notas de dinheiro ou toque em máquinas de cartões; a utilização de divisões em acrílico nos caixas e balcões de atendimento; e a vigilância e o gerenciamento de casos suspeitos ou comprovados de Covid-19.

Nesta avaliação os empreendimentos recebem um kit com as sinalizações que devem ser expostas ao público, informando que o ambiente é certificado e com um QR Code, para que os clientes possam consultar a validade do selo. Outras medidas básicas, indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), também fazem parte dos critérios usados para a certificação ou para a renovação dela. Medidas estas como o uso de máscaras, temperaturas corporais aferidas e uso de tapete sanitizante antes de entrar no local.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 03/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Parnamirim atualiza funcionamento do comércio e publica medidas de combate à Covid-19 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/parnamirim-atualiza-funcionamento-do-comercio-e-publica-medidas-de-combate-a-covid-19/504192>

Parnamirim atualiza funcionamento do comércio e publica medidas de combate à Covid-19

Publicação: 2021-03-03 15:46:55

A Prefeitura de Parnamirim publicou na última terça-feira (2), em edição do Diário Oficial do Município, mais um conjunto de medidas que atualiza o funcionamento do comércio na cidade, assim como estabelece medidas de combate à pandemia e reforça as regras de segurança sanitária. O Decreto nº 6.443, de 1º de março de 2021, atualiza o anterior e apresenta os direcionamentos para a atividade privada e os posicionamentos da Prefeitura de Parnamirim em relação a alguns pontos mencionados no decreto do Governo do Estado.



Créditos: Cezar

Funcionamento do Comércio e Serviços da cidade

A partir da terça-feira (2), o comércio municipal – porta para a rua, galerias e centros comerciais – funcionará, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, e aos sábados das 9h às 13h. Já os Shopping Centers, bem como as respectivas praças de alimentação, permanecerão a funcionar das 9h às 22h.

Bars, restaurantes e similares, foodparks e foodtrucks

Esse segmento passará a funcionar das 11h às 22h, ficando proibido o funcionamento entre 22h e 0h da manhã do dia seguinte. Nesse intervalo, as atividades podem ser mantidas apenas para entrega em domicílio (delivery), exceto vendendo bebidas alcoólicas, serviço que permanece proibido.

Conveniências

As lojas de conveniência também estão proibidas de vender bebidas alcoólicas, no intervalo das 22h às 6h da manhã do dia seguinte, ainda que em sistema de venda de balde para consumo fora do estabelecimento. O consumo de bebidas alcoólicas permanece proibido em espaços e ambientes públicos a partir das 22h.

Escolas das redes pública e privada

As aulas presenciais da rede pública de ensino permanecem suspensas. Já as escolas da rede privada continuam com autorização para funcionar, desde que obedecidos os protocolos estabelecidos nos decretos anteriores, como a limpeza constante, de modo que todos os alunos e colaboradores estejam frequentemente com as mãos desinfetadas. As instituições privadas poderão adotar, inclusive, o sistema híbrido com a finalidade de evitar ao máximo a aglomeração de pessoas.

Igrejas e templos religiosos

O decreto municipal permite o funcionamento, limitando, no entanto, a frequência máxima de lotação em até 30% da capacidade. Os protocolos de segurança estabelecidos pelos decretos anteriores devem ser obrigatoriamente respeitados para a manutenção das atividades.

Não são abrangidos pelas atuais medidas os seguintes estabelecimentos:

- Supermercados e atacadistas;
- Serviços funerários, com exceção da realização de velórios;
- Postos de Combustíveis;
- Hotéis e hospedarias;
- Planificadoras;
- Farmácias;
- Indústrias;
- Obras e serviços de engenharia e lojas de materiais de construção;
- Oficinas mecânicas, autopeças e serviços de manutenção;
- Serviços de call center;
- Borracharias;
- Unidades hospitalares com serviços de urgência e emergência;
- Bancos e agências lotéricas;
- Clínicas veterinárias para atividades de urgência e emergência;
- Casas de ração;
- Escritórios de advocacia; e
- Clínicas odontológicas, para atividades de urgência e emergência.

A realização de festas, shows e eventos comerciais, inclusive realizados em espaços comemorativos públicos ou privados, permanece proibida. A Prefeitura de Parnamirim deve proceder à instalação de barreiras sanitárias, intensificando a fiscalização e controle das medidas de segurança sanitária. Os protocolos sanitários já conhecidos, como o uso de máscara, álcool em gel e distanciamento social permanecem em pleno vigor, de forma integral.

As equipes de fiscalização da Prefeitura de Parnamirim estão nas ruas todos os dias, com grupos de trabalho da saúde, segurança, meio ambiente, serviços urbanos e assistência social, junto às forças de segurança do governo do estado, com o objetivo de combater as aglomerações e outros transgressões.

O descumprimento das medidas implica em Crime de Desobediência e Crime contra a Saúde Pública, previstos, respectivamente, nos artigos 330 e 268 Código Penal, bem como pode gerar multa e interdição de estabelecimentos. As denúncias de situações de descumprimento podem ser feitas através dos canais 156, da Guarda Municipal e 190, da Polícia Militar.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Município do Natal publica novas regras em decreto **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/munica-pio-do-natal-publica-novas-regras-em-decreto/504222>

Município do Natal publica novas regras em decreto

Publicação: 2021-03-04 06:00:00

A Prefeitura do Natal republicou com modificações, nessa quarta-feira (3), Decreto que trata sobre as restrições para conter a pandemia do novo coronavírus na cidade. Entre as mudanças, o Executivo limitou a ocupação de templos religiosos e horário de serviços gerais em condomínios, mas ampliou o horário para funcionamento do comércio de rua.



Créditos: Alex Régis

Na primeira publicação, a Prefeitura do Natal não tratava sobre as limitações para o funcionamento de templos religiosos. Agora, o prefeito Álvaro Dias decretou a abertura e funcionamento dos locais para a realização de missas, cultos e rituais de qualquer credo ou religião, desde que respeitando as normas sanitárias (higienização, distanciamento e utilização de máscaras) e com limitação de 25% da capacidade de acomodação do local.

Nos condomínios, além de determinar o fechamento das áreas comuns de lazer e salões de festa, a Prefeitura determinou ainda que os serviços gerais, de limpeza, segurança e vigilância deverão iniciar suas atividades às 7h, com encerramento até as 17h, de segunda-feira a sexta-feira, exceto no caso de escalas de plantão.

Ainda no decreto, ficou estabelecido que os condomínios residenciais poderão disciplinar, por meio de reserva e agendamento de horário, a forma de uso de suas áreas comuns, para o uso individual ou por núcleo familiar, em especial as áreas de piscina, academia, quadras esportivas e espaços infantis, sendo também permitido o uso dessas áreas para a prática de atividades físicas e de aulas, desde que observadas as regras sanitárias vigentes desde o início da pandemia.

Sobre o comércio, o decreto publicado em 26 de fevereiro limitava das 9h às 17h o funcionamento das lojas "de porta para a rua". Agora, após negociação com representantes do setor, o município ampliou em duas horas o período de funcionamento, que passa a ser permitido das 8h às 18h. Nos shoppings centers, foi liberado o funcionamento uma hora mais cedo que estava previsto inicialmente, podendo estar aberto a partir das 9h até as 22h.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Leilão de 5G pode custar R\$ 12 bi além do previsto **Impacto:** Neutro

B2 | **Economia** | QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna do
broadcast

E-MAIL: COLUNA@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLUNAESTADAO

**CELSO
MING**



E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Leilão de 5G pode custar R\$ 12 bi além do previsto

O leilão da aguardada nova geração de internet móvel (5G) pode sair até R\$ 12 bilhões mais caro que o esperado pelas operadoras. Com isso, não deve se cumprir a sinalização dada pelo Ministério das Comunicações de que o certame seria “não arrecadatório”. Em outras palavras, ele seria voltado a exigências para levar o sinal até regiões não cobertas e cobriria menos outorgas, que vão direto aos cofres públicos. Levantamento preliminar da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mostrou que o leilão está avaliado em torno de R\$ 33 bilhões a R\$ 35 bilhões, valor que ainda será refinado pelo órgão regulador e validado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). As teles calculam que as contrapartidas já definidas nas regras do edital devem custar cerca de R\$ 23 bilhões.



» **Pós-venda.** O mesmo valor – R\$ 23 bilhões – foi estimado por analistas de telecomunicações do banco Credit Suisse. Entram aí desde obrigações como a instalação de torres e antenas até o fomento ao programa de banda larga na Amazônia e a implementação de uma rede privada para uso exclusivo do governo.

» **Fúria.** Há, portanto, uma diferença de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões, em relação ao citado pela Anatel. Se confirmado, o montante implicará na cobrança de outorgas bilionárias, ao contrário do prometido pela gestão Bolsonaro – e em linha com o que aconteceu nos leilões do 2G, 3G e 4G, em governos anteriores.

» **Explicação.** Procurado, o Ministério das Comunicações afirmou que os valores citados são preliminares e que é prematuro falar em quantias neste momento, já que o edital ainda será analisado pelo TCU. Além disso, reafirmou a disposição de que o leilão não terá perfil arrecadatório para que os recursos sejam investidos na expansão da conectividade em todo o Brasil. Mas, caso os valores finais sejam superiores às contrapartidas das operadoras, o restante dos recursos será destinado ao caixa da União.



» **Gringa.** Uma das estratégias para a venda das mais de 200 milhões de debêntures participativas da Vale que pertencem ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Tesouro, é torná-las atraentes a estrangeiros. A oferta, de cerca de R\$ 13 bilhões, será feita a 50 investidores.

» **Saboroso.** O ativo tem apelo: o retorno é baseado em participação nas vendas de minério da companhia por 100 anos. Fundos de pensão e seguradoras estrangeiros já vêm demonstrando interesse. O minério de ferro tem preços em escalada e especialistas dizem que está entre as commodities que podem passar por um superciclo de alta.

» **Começou.** A expectativa do BNDES, é que a oferta das debêntures ocorra no segundo trimestre. Os

trabalhos estão sendo conduzidos, no entanto, para que aconteça efetivamente em meados de abril. O chamado *roadshow*, ou encontro com investidores para contextualizar a venda, deve começar no fim de março. Os bancos Bradesco BBI, Itaú BBA, JPMorgan e Citi foram os escolhidos para conduzir o processo. Procurado, o BNDES não comentou.

» **Volta o filme.** A Vale tem informação que não recomprará as debêntures do BNDES. Mas, ontem, anunciou uma assembleia para pedir mudança no contrato, permitindo que faça a recompra dos papéis e eventualmente seu cancelamento.

» **É dinheiro.** No total, são 388 mil debêntures que, no atual preço de R\$ 60, equivalem a R\$ 23 bilhões. A perspectiva é de que o valor dessa debênture suba mais. Alguns gestores calculam que pode chegar a R\$ 85, em 12 meses.

» **Sinto muito.** O Itaú Unibanco emitiu comunicado interno ontem, no qual informa ter demitido funcionários que, mesmo empregados, pediram o auxílio emergencial. Cerca de 50 profissionais foram desligados.

» **Mas não pode.** O banco alegou desvio de conduta, motivo que entra como justa causa. “Satisfazer interesses particulares em detrimento do bem comum é inaceitável”, afirma o banco, no comunicado. “Não nos restou outra alternativa senão o desligamento desses colaboradores.”



» **Chega mais.** O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, atuou para manter o Bolsa Família dentro do teto de gastos. O assunto tem gerado muita tensão no mercado. Economistas tinham apelidado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial de “PEC do Fim do Teto”. Com a articulação do General Ramos (Secretaria de Governo), junto a parlamentares, e apoio de Campos Neto, prestigiado entre os políticos, o martelo foi batido e o Bolsa Família ficará dentro do teto.

CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLÓDTE, FERNANDA GUIMARÃES E ANDRÉ ÍTALO ROCHA

Um PIB menos ruim

O PIB do ano passado foi um desastre. Mas foi um desses desastres que até suportam comemoração, porque poderia ter sido muito pior. Deixou apenas pernas e braços quebrados e escoriações, digamos assim. A agonia não acabou porque as incertezas à frente estão aumentando.

Lá por abril ou maio de 2020, durante um dos piores momentos do ano e sem nenhuma perspectiva de vacinação, os prognósticos eram fortemente negativos. Eram de um PIB despencando no ano entre 9% e 10%. Mas, nos meses seguintes, essas projeções foram sendo retificadas para níveis cada vez menos ruins. As estatísticas finais do IBGE apontam para uma queda da renda nacional de 4,1%, a pior em 30 anos, que, no entanto, veio carregada de certa sensação de alívio, graças à boa recuperação no quarto trimestre.

Três fatores evitaram o pior. O primeiro foi o pagamento de R\$ 294 bilhões em auxílios emergenciais, que garantiram a manutenção de algum nível de consumo e, portanto, da atividade econômica.

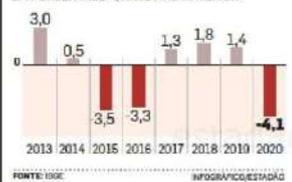
O segundo fator vem acontecendo lá fora: uma boa recuperação da economia mundial a partir do segundo semestre de 2020. No quarto trimestre de 2020, os Estados Unidos ainda vinham regredindo a um ritmo de 2,4% ao ano; a zona do euro, a 5,1% ao ano; mas a China cresceu 6,5% ao ano. Essas economias deverão apresentar forte reação neste 2021. Contribuiu para isso o despejo de recursos, tanto pelos grandes bancos centrais que recompraram títulos públicos como dos Tesouros (despesas fiscais) dos países de industrialização avançada.

Essa virada global acionou o terceiro fator que conteve queda maior do PIB no Brasil. Foi o boom mundial das commodities, que proporcionou maior faturamento dos produtores agrícolas e das mineradoras brasileiras, embora tenha contribuído para aumento da inflação. A agropecuária foi o único setor que cresceu em 2020: 2%. A indústria recuou 3,5% e os serviços, 4,5%.

DESPENCOU

● **Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil**

EM PORCENTAGEM, ANTE ANO ANTERIOR



FONTE: IBGE

INFOGRAV/ESTADÃO

A hora não é de olhar para trás. Apesar do início da vacinação, março começa ainda mais desalentador do que começou março de 2020. Novas cepas do coronavírus se multiplicam. O número de mortes diárias vai batendo recordes e o sistema nacional de saúde está à beira do colapso. Na maioria dos Estados, o lockdown vai ficando inevitável e isso implica nova queda do consumo, da atividade econômica e aumento do desemprego.

O problema mais grave é a falta de coordenação do governo federal no combate à pandemia. Embora reconheça que a recuperação seja fator estratégico para garantir sua reeleição em 2022, Bolsonaro continua boicotando as melhores técnicas para enfrentamento da crise. É o que leva a maioria dos governadores a se rebelar.

Para tentar impedir a queda de popularidade, o governo parece cada vez mais inclinado a aprofundar políticas puramente populistas. Se isso se confirmar, o colapso fiscal será inevitável.

A sensação de descontrole afasta ou adia consumo e investimentos e a desarticulação do setor de serviços, que corresponde a mais de 70% do PIB, tende a se acentuar. Sabe-se lá o que será o PIB deste ano.

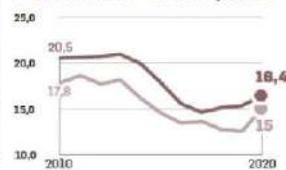
* COMENTARISTA DE ECONOMIA

CONFIRA

● **Participação de investimentos e de poupança no PIB**

EM PORCENTAGEM DO PIB

■ INVESTIMENTOS ■ POUPANÇA BRUTA



FONTE: IBGE

» **Poupança e Investimento**
O gráfico pode passar a impressão de que a poupança e o investimento aumentaram no ano de crise de 2020. Mas são números que guardam proporção ao PIB. Se o PIB descarrilhou 4,1%, a base de comparação também ficou menor. Mas há mais dois fatores a levar em conta. Primeiro, a alta da poupança. Boa parte se explica com o adiamento do consumo em meio à crise. Parte do avanço da participação dos investimentos no PIB pode ser explicada por aqueles projetos que não puderam parar.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: 'Sem vacinação em massa não saímos desse problema' **Impacto:** Neutro

B4 | **Economia** | QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

ECONOMIA NA PANDEMIA

ENTREVISTA

Afonso Celso Pastore, economista ex-presidente do Banco Central

'Sem vacinação em massa não saímos desse problema'

Economista afirma que descontrola da pandemia da covid-19 fará o PIB recuar também no 1º trimestre deste ano

Luciana Dymniewicz:

Após a queda de 4,1% no PIB no ano passado, o Brasil deve começar 2021 com nova retração, segundo o ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore. O economista avalia que, com o descontrola da pandemia da covid-19, a atividade deve voltar a recuar no primeiro trimestre deste ano. "O governo foi negligente com a vacinação, está expondo as pessoas a morrerem na linha do tiro. Isso tudo derruba o PIB. A perspectiva é de contração no primeiro trimestre."

Para ele, o único modo de reverter essa tendência a partir do segundo trimestre é acelerando a imunização da população. A seguir, confira os principais trechos da entrevista.

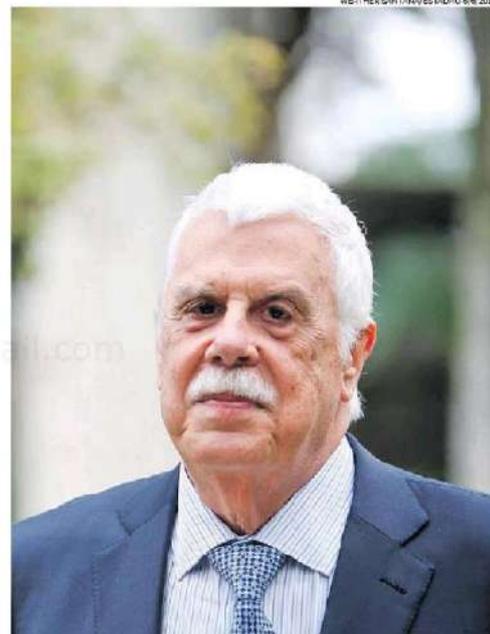
● **Como o sr. avalia o resultado do PIB?**

Do lado da oferta, os resultados dos setores de serviços e da indústria saíram como esperado. A indústria teve uma queda menor e os serviços, mais afetados pelo afastamento social, uma queda maior. A surpresa veio do lado da demanda, composta por gastos do governo, consumo das famílias e formação bruta de capital fixo (*investimentos em maquinários e peças, por exemplo*). O consumo contraiu como a gente imaginava, mas teve um aumento grande da formação de capital fixo. É isso que quero comentar. Muita gente vai julgar que isso foi bom, mas praticamente todo o aumento veio da importação de bens de capital, de uma massiva importação da Petrobrás de plataformas de petróleo.

● **Houve um desaquecimento na economia no fim do ano passado e este ano começa difícil, com a pandemia acelerando. O que podemos esperar para 2021?**

Eu calculei a renda per capita do País. Como a população cresce, a renda per capita hoje está 2,9% abaixo da do último trimestre de 2019, quando co-

meçou a recessão da covid. Com relação ao início da recessão de 2014, estamos 9,4% mais pobres. A menos quem ganhou no mercado financeiro, que está mais rico. O resto da população está mais pobre. A segunda coisa, estamos vivendo um ciclo econômico diferente de todos que o País já viveu, porque temos a pandemia. O governo negou essa pandemia o tempo todo. Tem um presidente que manda tirar a máscara. Estamos com uma segunda onda de contágio que é uma coisa apavorante. E isso não chegou ao fim. A pandemia faz com que as pessoas que tenham juízo e que podem se fechar em casa. Isso reduz o PIB. Quem tem juízo, mas não pode se fechar porque tem de sair para trabalhar não é inconsciente, é alguém que tem de continuar ganhando algo para sobreviver. Essas pessoas estão sendo empurradas para a frente da batalha. O governo foi negligente com a vacinação, está expondo essas pessoas a morrerem na linha do tiro. Isso tudo derruba o PIB. A perspectiva é de contração do PIB no primeiro trimestre. Só



Ideologia. Pastore critica 'blablablá de que somos liberais'

● **Os pobres e os ricos**
"A renda per capita hoje está 2,9% abaixo da do último trimestre de 2019, quando começou a recessão da covid. Com relação ao início da recessão de 2014, estamos 9,4% mais pobres. A menos quem ganhou no mercado financeiro, que está mais rico."

não consigo adivinhar de quanto. Não sei sobre o segundo trimestre. Mas, lembrando que a população cresce 0,8% ao ano,

se a queda do PIB no primeiro trimestre for só de 1%, vamos chegar ao segundo trimestre com uma renda 4,1% abaixo da de 2019. Essa é a perspectiva que temos.

● **O sr. vê alguma saída? Alguma medida governamental que possa socorrer a economia?**

O que os países que têm estadistas na presidência estão fazendo é acelerar a vacinação. O Joe Biden está comprando tudo que é vacina para os Estados Unidos. Os países da Europa estão fazendo a mesma coisa. Quando não se tinha vacina-

ção, os países fizeram lockdown. Nós estamos hesitando em fazer lockdown, apesar das mortes na rua. A gente precisava acelerar a vacinação. Isso é o mais importante de tudo. Não adianta vir só com auxílio emergencial e blablablá de que somos liberais. Se não vacinar, não saímos desse problema.

● **Como avalia a deterioração das contas públicas e o impacto na economia? O governo planeja novo auxílio emergencial. Qual deve ser o resultado disso tudo? Você pode dar o auxílio que quiser, se não tiver vacinação, a economia não recupera. Precisa de vacinação e da ajuda emergencial por duas razões. A primeira é evitar que pessoas morram de fome. Em segundo lugar, o dano que isso está causando sobre o ajuste fiscal é relativamente pequeno. O câmbio está a R\$ 5,73 e o juro de longo prazo, quase acima de 8,5% por causa do prêmio de risco pela falta de confiança no governo, pela falta de confiança de que ele vai fazer as reformas necessárias para a consolidação fiscal. Hoje o mercado está de cabeça para baixo. Ninguém do mercado sai criticando o Bolsonaro, porque eles têm responsabilidade com a empresa deles. Mas os preços, o câmbio e o juro, falam por eles e gritam muito alto. Isso não é por causa da ajuda emergencial. É por causa da negligência do governo em relação a covid. A segunda questão é a omissão plena da equipe econômica do governo no que diz respeito a um programa de consolidação fiscal que introduza confiança no País. Esse é o problema fiscal sério que temos.**

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Casa Verde e Amarela tem lançamentos suspensos por disparada nos custos **Impacto:** Neutro

B10 | Economia | QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

IBDO
Auditoria | Consultoria
#20ANOSIBDO

Barreira. Como o preço das residências do programa habitacional tem um teto, empresas não conseguem repassar aumento dos custos e preferem desistir do projeto; segmento mais afetado é o grupo 1, destinado a famílias mais pobres, com renda de até R\$ 2 mil

Casa Verde e Amarela tem lançamentos suspensos por disparada nos custos

Circe Bonatelli

O aumento nos custos dos materiais de construção está fazendo com que as empresas suspendam o lançamento de novos projetos dentro do Casa Verde e Amarela (novo nome do Minha Casa Minha Vida). Como o programa tem um teto para o preço dos imóveis, as construtoras não conseguem repassar o aumento nos custos e então preferem desistir do projeto a colocar em risco a sua lucratividade.

O segmento mais afetado é o grupo 1 (chamado antigamente de faixa 1.5), destinado a famílias mais pobres, com renda mensal de até R\$ 2 mil. Esse é justamente o público que mais tem dificuldade de conseguir a moradia sem subsídios no financiamento.

“Hoje, fazer um produto no grupo 1 é quase inviável”, relata o presidente da Direcional Engenharia, Ricardo Ribeiro. “Tem vários projetos que não fazem mais sentido. O incremento dos custos inviabilizou muitos deles”.

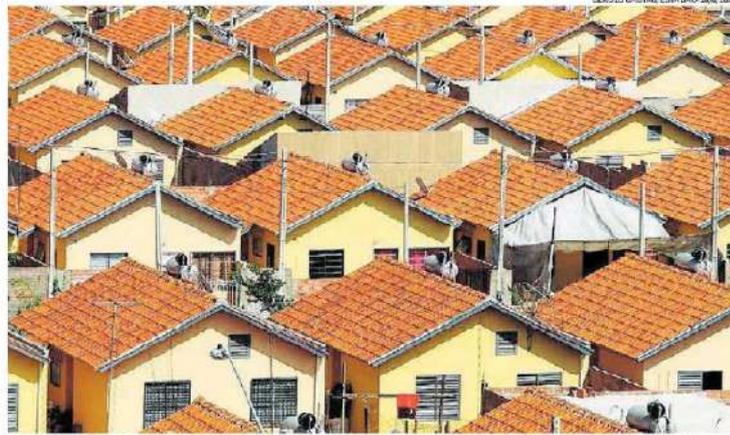
Para contornar o problema, a Direcional está redesenhando os empreendimentos do grupo 1 para se enquadrarem no grupo 2, que atende famílias cuja renda

mensal vai de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil e, conseqüentemente, permite um valor de imóveis mais alto.

“Com esses ajustes, mantemos a mesma previsão de lançamentos para o ano”, afirma Ribeiro. “Mas as pessoas com renda mais baixa acabam ficando de fora do mercado imobiliário”, pondera.

A Plano & Plano também já iniciou a migração dos empreendimentos do grupo 1 para as faixas superiores. Mas espera redução na velocidade de vendas, já que as unidades de menor valor giram mais rápido. “Está praticamente inviável produzir imóveis para famílias com renda de até três salários mínimos. É muito preocupante”, ressalta o sócio e presidente do conselho da Plano & Plano, Rodrigo Luna.

Em 12 meses, encerrados em fevereiro, o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC) subiu 10,2%. Parte desse aumento provém da desvalorização do real frente ao dólar, o que encarece insumos importados, como metais e resinas usados na produção de materiais. Nos últimos meses, a indústria teve a produção paralisada pela pandemia, o que gerou gargalos para o abastecimento. Mas a ex-



Em alta. Em 12 meses, índice que mede os custos da construção (INCC) subiu 10,2 %

pectativa das construtoras era de que esses efeitos já tivessem sido amenizados no começo deste ano, o que não aconteceu.

Obras em andamento. O superaquecimento dos custos afeta também as margens de rentabilidade das empresas no caso de unidades do Casa Verde e Amarelo já vendidas. Isso acontece porque no mercado de baixa

renda não há correção das parcelas dos clientes pelo INCC, pois o cliente é encaminhado para o financiamento bancário logo após fechar o contrato com a construtora.

Fora do Casa Verde e Amarela, a solução das empresas tem sido repassar os ajustes para o preço final dos imóveis. Já, sim, os contratos são corrigidos pelo INCC, o que ajuda a preser-

var as margens. Por outro lado, há uma preocupação do empresário de que o reajuste expressivo onere excessivamente os mutuários e acabe por gerar incapacidade de pagamento.

“Vemos um desequilíbrio entre a renda de quem comprou o apartamento e os reajustes previstos nos contratos, podendo levar à inadimplência e provocar distratos”, alerta o presiden-

te do Sindicato da Indústria da Construção de São Paulo (Sinduscon-SP), Odair Senra.

Diante da disparada dos custos, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) encaminhou ao governo federal a sugestão de corte temporário do imposto de importação de insumos como forma de reequilibrar os preços. Segundo o presidente da entidade, Luiz França, o governo solicitou estudos técnicos que embasem o pedido dos empresários, o que já foi enviado. Agora devem voltar a se reunir para tentar avançar nas conversas.

“O setor tem preocupação com a alta nos valores dos insumos. E o governo está atento à importância do setor como gerador de emprego”, relata França. “Os aumentos não podem continuar. Se for assim, será necessário subir os valores dos imóveis e isso vai contrapor os efeitos benéficos do corte dos juros”.

Paralelamente, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) também está buscando uma agenda com o governo para discutir o efeito da alta dos custos. “Vamos colocar o problema e buscar formas de minorar a situação”, diz o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** RJ
Título: PIB cai 4,1% e piora da pandemia põe em xeque capacidade de retomada **Impacto:** Neutro

PIB cai 4,1% e piora da pandemia põe em xeque capacidade de retomada

Vinícius Nedor
Danica Amorim / RIO

O Produto Interno Bruto (PIB, todo o valor gerado na economia) fechou o ano passado, marcado pela crise da covid-19, com queda de 4,1%, informou ontem o IBGE. Considerado o crescimento populacional, o PIB per capita caiu 4,8% em relação a 2019. Com a piora da pandemia e o fim do auxílio emergencial, extinto em janeiro, indicadores mais recentes mostram que a desaceleração continuou neste início de ano, o que lança dúvidas sobre o ritmo da recuperação.

O PIB divulgado ontem foi o terceiro pior desempenho anual numa série desde 1901, compilada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), atrás apenas da retração de 4,35% de 1990, ano do confisco das poupanças pelo governo Fernando Collor, e da queda de 4,25% de 1981, em meio à crise da dívida externa.

A queda de 4,8% no PIB per capita foi a maior da série histórica do IBGE, iniciada em 1996. É a "tragédia maior" dos dados de ontem, porque sinaliza a piora na condição financeira dos brasileiros, disse o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otavio de Souza Leal.

No quarto trimestre, foi registrada alta de 3,2% ante o terceiro trimestre, resultado melhor do que o esperado – as estimativas captadas pelo Projeções Broadcast apontavam para alta de 2,8%. Isso dá um impulso adicional para 2021, mas foi insuficiente para desencadear reversões para cima nas expectativas. Pesquisa feita na tarde de ontem manteve a projeção de alta do PIB este ano em 3,3%, já considerando uma retração de 0,3% neste primeiro trimestre ante o quarto de 2020.

A pandemia segue no centro das atenções. Recordes sucessivos de mortos apontam para um endurecimento nas restrições ao contato social, como confirmado ontem em medidas do governo de São Paulo. A velocidade na vacinação da população ditará o ritmo da economia.

Abre e fecha. Helcio Takeda, economista da consultoria Pzco, lembrou que a dinâmica de "abre e fecha" do comércio poderá frustrar a retomada do mercado de trabalho, e o desemprego já se aproxima dos 14%.

Segundo economistas, a reedição do auxílio emergencial, em discussão no Congresso Nacional, ajudará a aliviar o choque da segunda onda da pandemia. As medidas definidas pelo governo federal e pelo Congresso, incluindo o auxílio, permitiram um desempenho melhor do que o esperado no PIB em 2020 – em meados do ano, as projeções chegaram a apontar para queda de até 9%. Só que, com o gasto limitado a cerca de R\$ 40 bilhões, a segunda rodada da transferência emergencial de renda não deverá repetir o impacto dos quase R\$ 300 bilhões injetados no ano passado. "2020 é o ano que não terminou. O ano de 2021 é um 'repeteco', e agravado. Estamos vendo uma rebarba forte da pandemia, sem os instrumentos (para

mitigar a crise), como o auxílio (emergencial), e com o desemprego e a inflação mais elevados. É um 2020 piorado", afirmou o economista Antônio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP.

Como esperado, pesou no resultado anual de 2020 o segundo trimestre, auge das medidas de restrição, com tombo de 9,2% ante os três primeiros meses do ano. A partir de meados do ano, as medidas de restrição começaram a ser relaxadas País a fora. Só isso já foi suficiente para dar início à retomada, lembrou a economista-chefe da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro. É o que economistas chamam de "recuperação cíclica", que fica ameaçada pela volta das restrições, diante do descontrole da pandemia.

A pandemia também desorganizou a economia de forma inédita. Normalmente, nas crises, o setor de serviços responde mais lentamente – cai menos na retração, cresce menos na retomada. Com bares, restaurantes, salões de beleza, cinemas e hotéis fechados ou com horários reduzidos, os serviços caíram 4,5% em 2020, pior desempenho da série iniciada em 1996.

Por outro lado, com as famílias mais em casa, o comércio eletrônico permitiu que o consumo de bens fosse mantido, ajudando a recuperação da indústria. Assim, o PIB industrial

ATIVIDADE ECONÔMICA

● Pandemia interrompeu crescimento de três anos na economia



● **Cenário**
"O ano de 2021 é um 'repeteco' de 2020, e agravado. Estamos vendo uma rebarba da pandemia, sem instrumentos (para mitigar a crise)."
Antônio Corrêa de Lacerda
PROFESSOR DA PUC-SP

avançou 1,9% no quarto trimestre ante o terceiro, fechando 2020 com queda de 3,5% sobre 2019, menos do que a retração de 4,6% de 2016, em meio à recessão anterior. Essa particularidade dificultou a retomada, porque o setor de serviços responde por 73% do PIB. Esse peso também se reflete no consumo, direciona-

do em sua maioria para os serviços. Mesmo com o impulso do auxílio emergencial, o consumo das famílias despencou 5,5% em 2020, também o pior desempenho pelo menos desde 1996. / COLABORARAM EDUARDO LAGUNA, GREGORY PRUDENCIANO, THAIS BARCELLOS, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, MARIANA DURÃO, DENISE LUNA E LORENNIA RODRIGUES

Agropecuária evitou uma queda maior

As super safra de grãos impulsionou o resultado da agropecuária em 2020. Apesar do choque na economia provocado pela pandemia do novo coronavírus, o Produto Interno Bruto da agropecuária cresceu 2,0% no ano passado, na contramão da queda de 4,1% da economia como um todo, informou o IBGE. O bom desempenho das lavouras de soja, café e milho poupou o setor agropecuario para o melhor desempenho desde 2017. Naquele ano, a recuperação de uma quebra de safra em 2016 para uma produção recorde levou a um salto de 14,2% no PIB da agropecuária.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima um novo crescimento de 2,5% do PIB da agropecuária em 2021. "O resultado deve ser puxado pela forte produção de grãos e carnes, com firme demanda internacional por grãos e consumo interno de alimentos aquecido", disse o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Conchon. "Mas o crescimento pode ser limitado pelo possível impacto das adversidades climáticas sobre as culturas de milho de segunda safra, café e suco de laranja."

Caso não houvesse crescimento da agropecuária, o declínio do PIB nacional seria ainda maior. "O crescimento da agropecuária foi importante não somente para esse indicador econômico, mas também na geração de empregos, na exportação, entre outros. Mesmo que o setor tenha apresentado um crescimento mais modesto, ele vem dando importantes contribuições para a economia como um todo", apontou o coordenador da CNA.

Setores. Pelo lado da oferta, apenas quatro atividades ficaram no azul em 2020: agropecuária, serviços financeiros, atividade imobiliária e indústria extrativa mineral. Somadas, esses setores respondem por pouco mais de um quarto de todo o PIB. Em 2020, a agropecuária aumentou sua importância no PIB brasileiro, crescendo de uma fatia de 5,1% da economia brasileira em 2019 para 6,8% no ano passado. "A agropecuária ganhou bastante peso, porque (a produção) cresceu e porque os preços subiram. A indústria e os serviços perderam", disse Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

A indústria de transformação reduziu seu tamanho no PIB de 11,8% em 2019 para uma participação de apenas 11,3% em 2020. Prejudicados pela necessidade de medidas de distanciamento social em função da pandemia de covid-19, os serviços encolheram de uma proporção de 73,5% no PIB de 2019 para 72,8% em 2020. As atividades mais afetadas do setor foram hotelaria, restaurante e bares. / D.A. + V.N. COM ISADORA DUARTE

O Radar Comex é um programa com os especialistas do Banco Ourinvest para discutir sobre as relações comerciais do Brasil com seus principais parceiros.

Nesta edição, convidamos o embaixador Rubens Barbosa para falar sobre sua visão e perspectivas para o cenário internacional.



Participação Especial
Rubens Barbosa
EMBAIXADOR



Fernanda Consorte
ECONOMISTA-CHEFE
DO BANCO OURINVEST



Welber Barral
ESTRATEGISTA DE
COMÉRCIO EXTERIOR
DO BANCO OURINVEST

04
MARÇO
16h

Inscriva-se já!



Ou assista no canal do Banco Ourinvest no Youtube.

www.ourinvest.com.br

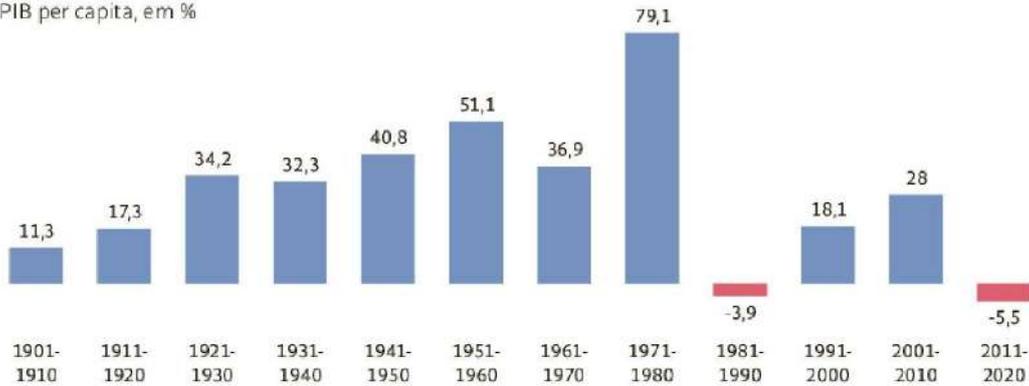


Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: Na pior década da história, renda dos brasileiros encolhe 5,5% **Impacto:** Neutro

O avanço da renda dos brasileiros

PIB per capita, em %



Fontes: FGV, IBGE e BC

Na pior década da história, renda dos brasileiros encolhe 5,5%

Queda no PIB per capita no decênio 2011-2020 é mais intensa que no período 1981-1990, conhecido como a década perdida

Gustavo Patu

BRASÍLIA Em média, cada brasileiro teve renda de R\$ 35.172 em todo o ano passado. Em um cálculo simples, o valor significa uma perda próxima de R\$ 1.770 em relação a 2019, já considerada a inflação, e de R\$ 2.040 ante 2010.

Dito de outra maneira, o país empobrecceu 5,5% na década encerrada em 2020, no pior desempenho já registrado pelas estatísticas e estimativas disponíveis, que alcançam até o início do século passado.

Mesmo no período 1981-1990, conhecido na história como a década perdida, a queda acumulada do Produto Interno Bruto por habitante foi menos intensa, próxima dos 4% — com a ressalva de que a metodologia de apuração do PIB mudou de lá para cá.

Como se pode intuir, a chamada renda per capita de um país encolhe quando o crescimento do PIB é menor que a expansão populacional num mesmo intervalo de tempo.

No decênio há pouco encerrado, o produto — vale dizer, toda a renda gerada na indús-

tria, nos serviços e na agropecuária — teve alta real de pouco menos de 2,7%, a menor já medida em tal período.

Enquanto isso, o aumento do número de brasileiros, mesmo em processo de desaceleração, beirou os 8,7% nas projeções do IBGE.

Dessa maneira, os 211,8 milhões de habitantes do país no ano passado dispunham de menos renda, em média, que os 194,9 milhões de 2010.

São raros, na história econômica mundial, episódios de empobrecimento ao longo de uma década inteira. Em geral, eles estão associados a guerras, rupturas políticas ou crises econômicas globais.

Desta vez, a pandemia de Covid-19 desempenhou papel decisivo ao derrubar a atividade na maior parte do mundo — e o Brasil não seria exceção.

Sem o coronavírus, é provável que o PIB per capita brasileiro tivesse encerrado o decênio próximo da estagnação, o que já seria considerado um péssimo resultado para um país de renda média.

No período, a economia nacional viveu de 2014 a 2016 sua

R\$ 1.770
foi a queda da renda per capita em 2020 na comparação com o ano anterior, já descontada a inflação

R\$ 35.172
foi a renda per capita no ano passado

segunda recessão mais profunda desde o início do século 20, apenas um pouco menos devastadora que a de 1981-83.

Ali chegava ao fim a política econômica do governo Dilma Rousseff (PT), que já colecionava números declinantes desde 2011 devido à combinação de ambiente internacional menos favorável e erosão da confiança doméstica nas ações e finanças do governo.

Os anos seguintes foram de contenção de gastos públicos, ajustes nas empresas estatais e permanência da instabilidade política, levando à quase estagnação do PIB por habitante — até a derrocada de 2020.

Embora o impacto econômico da pandemia no Brasil não figure entre os maiores do mundo, o mau desempenho do país no restante da década distanciou sua renda per capita dos padrões observados nas nações desenvolvidas.

Conforme dados do FMI, a proporção entre o PIB por habitante brasileiro e o dos países ricos caiu de 32,6%, em 2010, para 28,2% em 2019, considerado o poder de compra das moedas.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Economia sofre maior tombo em 30 anos **Impacto:** Neutro

Economia sofre o maior tombo em 30 anos

Sob efeitos da pandemia principalmente no consumo das famílias e nos serviços, PIB recua 4,1% em 2020

Eduardo Cucolo e Fábio Pupo

SÃO PAULO E BRASÍLIA. A economia registrou em 2020 contração recorde de 4,1%, resultado do impacto econômico gerado pela pandemia, segundo dados do PIB (Produto Interno Bruto) divulgados nesta quarta-feira (3) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esse é o maior recuo da série histórica com a metodologia atual, que começa em 1996, superando a retração de 3,5% registrada em 2015. Em uma série mais longa, elaborada pelo IBGE e pela Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com início em 1901, a maior queda havia sido há 30 anos (-4,35% em 1990). Nesse histórico, a queda de 2020 foi a terceira pior já registrada — o segundo maior recuo foi em 1981 (4,25%).

O instituto informou ainda que a recuperação do PIB que há sido registrada no terceiro trimestre do ano passado perdeu força nos três últimos meses do ano.

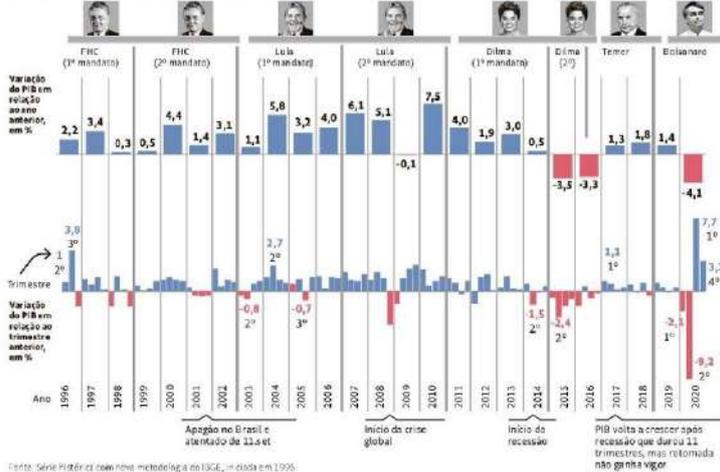
No quarto trimestre, houve crescimento de 3,2% em relação aos três meses anteriores, quando a expansão havia sido de 7,7%. Ante o mesmo período de 2019, o PIB do período de outubro a dezembro caiu 2,8%.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam queda de 4,2% no acumulado do ano e crescimento de 2,8% no trimestre, na comparação com o trimestre anterior (1,6% no cortejo com o mesmo trimestre de 2019).

O resultado do ano veio melhor que o projetado pelo Ministério da Economia, que esperava queda de 4,5% para 2020. Já o Banco Central estimava recuo de 4,4%.

Os economistas consultados pelo BC no boletim Focuz chegaram a apontar contração de quase 7% durante o ano, mas as expectativas se

Com pandemia, PIB desaba sob Bolsonaro



Fonte: Série histórica com nova metodologia do IBGE, iniciada em 1995.

tornaram menos negativas após o Congresso Nacional aprovar o auxílio emergencial e outras medidas de estímulo, que alcançaram patamares equivalentes aos gastos de países desenvolvidos. O PIB per capita recuou 4,8% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 35,172 em 2020.

Apesar do crescimento no quarto trimestre, a economia brasileira não voltou ao nível pré-crise. Ainda está 1,2% abaixo do último trimestre de 2019. O resultado também se encontra 4,4% abaixo do pico registrado no início de 2014. Ou seja, ainda não se caracteriza uma recuperação em "V".

"Não voltou a patamar pré-pandemia, ainda está com se estivesse no fim de 2018 e no começo de 2019, mas em relação ao segundo trimestre [de 2020] já está 10,4% acima. Não voltou ao período pré-pandemia, mas teve uma recuperação boa em relação ao valor do segundo trimestre", afirma Rebecca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Ela diz que não é possível separar o que é efeito da base de comparação baixa do que é recuperação efetiva da atividade, mas que é natural que houvesse um crescimento forte no 3º trimestre e uma desaceleração no 4º trimestre.

A redução dos juros para o menor patamar da história recente, o cenário internacional com vários países adotando estímulos e a recuperação nos preços de produtos básicos exportados pelo Brasil também contribuíram

para amenizar a queda. Dados econômicos já divulgados apontam para um PIB ligeiramente negativo ou estável no primeiro trimestre de 2021 e um crescimento no ano ainda insuficiente para recuperar as perdas geradas pela pandemia. Os resultados dependem, principalmente, da evolução da pandemia e do ritmo de vacinação.

Os números do IBGE mostram que o setor mais afetado pela crise é o de serviços, que responde por dois terços do PIB. São mais afetados os segmentos que dependem do movimento de pessoas, como alimentação e alojamento. O comércio e a indústria já tinham voltado ao patamar pré-crise.

O consumo das famílias, apesar da queda, se beneficiou no segundo semestre do aumento do crédito às pessoas físicas, dos programas de apoio do governo e dos juros baixos. No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou R\$ 7,4 trilhões. A taxa de investimento foi de 16,4% do PIB, acima da de 2019 (15,4%). A taxa de poupança foi de 15,0%, ante 12,5% em 2019.

de 2021 põem em dúvida a recuperação em "V" esperada pelo governo para este ano.

O PIB cresceu 3,2% no quarto trimestre em relação aos três meses imediatamente anteriores. Apesar da expansão, a economia não voltou ao nível pré-crise. Ainda está 1,2% abaixo do último trimestre de 2019. O resultado também se encontra 4,4% abaixo do pico registrado no início de 2014.

No terceiro trimestre, o PIB cresceu 7,7% sobre o período imediatamente anterior. Ante o quarto trimestre de 2019, o PIB caiu 4,1%.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam crescimento de 2,8% no quarto trimestre na comparação com os três meses anteriores e queda de 1,6% em relação a igual período de 2019.

Entre os fatores que reduziram o ritmo de crescimento no último trimestre do ano está o corte no valor da taxa do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300. O fim do benefício e de outros estímulos no início deste ano afetaram ainda mais a recuperação da economia.

Estudo divulgado em dezembro do pesquisador Vinicius Torres, do FGV Ipea (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), já mostrou que milhões de pessoas voltariam a ficar abaixo do nível de pobreza de até R\$ 5,50 por dia em outubro em relação à verificação em setembro por causa da redução no valor do auxílio.

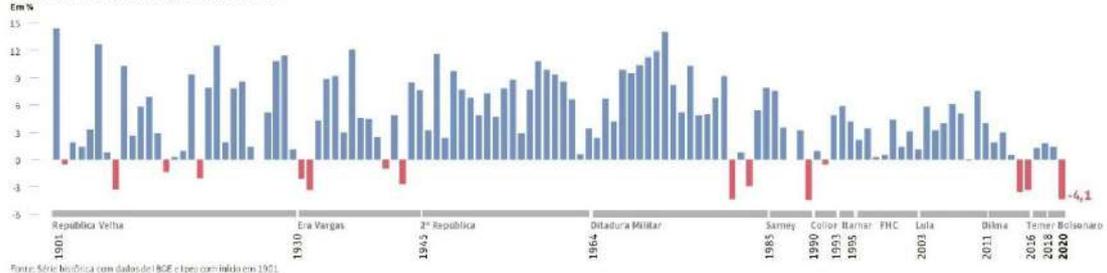
A expectativa é que o avanço da vacinação e uma retomada do auxílio ajudem a impulsionar a recuperação da economia a partir do segundo trimestre, mesmo com a perspectiva de que o Banco Central volte a subir os juros, e contribua para reduzir o desemprego, que deve atingir nível recorde no meio do ano.

Leia mais sobre os números do PIB da pág. A17A A19

PIB desacelera no 4º trimestre e ameaça recuperação em 'V'

BRASÍLIA E SÃO PAULO. A desaceleração da economia no quarto trimestre de 2020 e a expectativa de estagnação ou retração nos três primeiros meses

PIB do Brasil tem maior queda em 30 anos



Fonte: Série histórica com dados do IBGE e base corrigida em 1901.

PIB foi melhor que o esperado, mas Bolsonaro estraga surpresa

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO. O resultado do ano seria um desastre histórico certo e obvio, "recorde", por causa da epidemia. Mas a economia andou um pouquinho melhor do que o esperado no final do ano horrível de 2020. Um tanto mais impressionante, o investimento caiu pouco — trata-se aqui da despesa em novas construções, casas, instalações produtivas, máquinas, equipamentos etc.

Caso a economia mantivesse o ritmo de produção do último trimestre de 2020 ao longo de todo este 2021, o crescimento seria algo em torno de 3,7% ao final deste ano, o que o restante do ano não compensaria. No pior momento da recessão de 2016, por exemplo, o investimento chegou a cair 15,3% no primeiro trimestre

de aquele ano (na taxa acumulada em quatro trimestres). Por falar no terror de 2020, o crescimento da economia acumulada em quatro trimestres foi tão ruim ou pior que o de 2021 em três trimestres (chegando a diminuir 4,5%). Os auxílios, o aumento da oferta de crédito, nos bancos e em parte facilitada pelo BC, e a "reabertura" da economia a partir de outubro evitaram desastre ainda maior. Outra ajuda veio do comércio exterior (valor das exportações menos importações), que contribuiu positivamente com 1,2 ponto percentual para o PIB. A exportação não tinha tamanho peso ao menos desde 2000. Quais os problemas para 2021? Aqueles sabidos por qualquer pessoa adulta e sensata: o governo de Jair Bolsonaro deixa passar a bolacha assassina do vírus, e a vacinação ainda é lenta. De efe-

to menos visível para o observador comum, há a gestão entre incompetente e estúpida da economia. Se deixarem estourar as contas do governo e Bolsonaro continuar a "meter o dedo", fazer intervenções demagógicas e contraproducentes, dólar e taxas de juros subirão ainda mais. O choque de preços de commodities (grãos, petróleo) e de alimentos em geral, multiplicado ainda pela alta do dólar, chutou a inflação para cima. O IPCA acumulado em 12 meses deve chegar perto de 7% em meados do ano. Pode ser um choque temporário. Logo, o BC não precisaria reagir de modo muito agressivo, elevando os juros rapidamente, embora no ataque de dinheiro do mercado as taxas tenham explodido. Mas o choque de preços pode não ser temporário. A intervenção estúpida do governo e a má gestão geral da

política econômica podem fazer o dólar permanecer nas alturas. Os juros subiriam. A inflação correria ainda mais poder de compra. O medo da epidemia e de que o governo cometa mais tolices causa insegurança e desconfiança. Seria mais um freio no PIB. O nome do risco é Bolsonaro.

Renda média do brasileiro regrida a 2009
A renda do brasileiro regrida ao nível de 2009. Quer dizer, o PIB per capita de 2020 foi similar ao daquele ano da década passada. PIB per capita: o valor da produção ou da renda dividido pela população. Na verdade, a situação socioeconômica é pior: há mais desemprego e pobreza.

Em 2020, o PIB per capita diminuiu 4,8%. Baixas piores do que essa haviam ocorrido apenas em 1993 (recessão final da ditadura militar) e 1990 (recessão do Plano Collor). Vai de governo para que a renda média volte pelo menos ao nível de 2014 (anterior ao do início da grande recessão, último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff). Se o Brasil crescer 3,5% neste 2021 e 2,5% nos anos seguintes, o PIB (renda) per capita voltará a valor de 2014 apenas em 2026. Mais do que uma década perdida em termos de PIB, sem contar os desastres sociais e a degradação da capacidade produtiva (crescimento mínimo da infraestrutura, desigualdade dos trabalhadores, atraso tecnológico etc.). Por que apenas 2,5% de crescimento ao ano, no futuro visível? Seria mais ou menos a capacidade atual de uma economia brasileira crescer?

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** SP

Título: Economistas não veem sinal de fim de recessão e já falam em ano perdido em 2021 **Impacto:** Neutro

Economistas não veem sinal de fim de recessão e já falam em ano perdido em 2021

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A recessão que começou no início de 2020, com a chegada do coronavírus ao Brasil, ainda não deu sinais de ter acabado, apesar de o país ter tido crescimento do PIB nos dois últimos trimestres do ano passado.

Em junho, o Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e formado por oito economistas de diversas instituições, definiu que o Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, encerrando um ciclo de fraco crescimento de três anos (2017-2019).

Segundo Paulo Picchetti, economista do FGV Ibre e professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV, o comitê não utiliza “aquela regra de bolso simples” de dois trimestres consecutivos de queda do PIB para datar o início da recessão. Da mesma forma, não considera que dois trimestres seguidos de crescimento representem o seu fim.

Além disso, o comitê fundamenta suas decisões na definição clássica do que é recessão —uma queda generalizada do nível de atividade— e olha para um conjunto grande de indicadores de atividade econômica, não só para o PIB.

Segundo o economista, houve queda generalizada da atividade a partir do fim do primeiro trimestre de 2020, mas a recuperação nos últimos dois trimestres do ano não se caracteriza por aumento generalizado do nível de atividade.

Ele lembra que alguns setores não se recuperaram e ainda estão bem abaixo do nível pré-recessão, principalmente os serviços, mas também alguns segmentos da indústria.

“Para caracterizar uma retomada, não basta alguns poucos setores a curto prazo mostrarem crescimento. É como se a gente tivesse descido três degraus e subido dois. Subiu, mas não foi de forma suficientemente forte para considerar que você saiu de processo recessivo”, afirma.

“É difícil falar de saída da recessão quando o desemprego está nos maiores níveis da série histórica. Infelizmente os dados de curto prazo e projeções não são de uma recuperação forte do mercado de trabalho nem no momento nem no futuro próximo. Quando você tem uma retomada do nível de emprego, você tem uma certeza muito maior de que realmente entrou em um período de expansão.”

Picchetti cita ainda a perspectiva de grande parte dos economistas de uma nova queda do PIB neste primeiro tri-



É difícil falar de saída da recessão quando o desemprego está nos maiores níveis da série histórica. Infelizmente os dados de curto prazo e projeções não são de uma recuperação forte do mercado de trabalho nem no momento nem no futuro próximo

Paulo Picchetti
economista do FGV Ibre e professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV

mestre e, eventualmente, até no segundo trimestre de 2021.

Se isso correr, os dados terão de ser analisados para verificar se o país está emendando dois períodos recessivos, que podem ser considerados como uma grande recessão.

“Nada disso está claro ainda. O primeiro trimestre nem acabou, vai demorar para a gente conhecer todos os indicadores. Em resumo, existe uma incerteza muito grande para datar alguma coisa que seria o final da recessão com base só nesses resultados de 2020.”

A economia pode terminar o ano praticamente no mesmo patamar do fim de 2020.

A avaliação é que o recrudescimento da pandemia, o atraso na vacinação e a piora nas condições financeiras provocadas por questões políticas e fiscais vão comprometer o resultado do ano. Uma eventual volta do auxílio emergencial, em patamares menores, também não deve contribuir para um resultado melhor.

O FGV Ibre calcula que um crescimento de 3,6% em 2021 já seria obtido se o PIB ficasse estagnado por todos os quatro trimestres (o chamado carregamento estatístico). A instituição projeta crescimento de 3,2%, ou seja, prevendo um segundo semestre com crescimento insuficiente para compensar a queda esperada no primeiro.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Motor do PIB, consumo das famílias tem queda recorde **Impacto:** Neutro

Motor do PIB, consumo das famílias tem queda recorde

Auxílio e programas de crédito evitam tombo maior que os 5,5% apurados

Eduardo Cuccolo
e Fábio Pupo

SÃO PAULO E BRASÍLIA Base da recuperação econômica após a recessão iniciada em 2014, o consumo das famílias brasileiras caiu 5,5% em 2020 em relação a 2019, segundo dado divulgado nesta quarta-feira (3) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

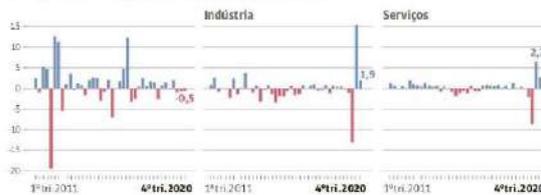
O consumo das famílias é o principal componente do PIB, sob a ótica da demanda, respondendo por mais de 66% do cálculo do indicador, e vinha sustentando a lenta retomada nos últimos anos, enquanto investidores e mercado externo oscilavam.

O número representa a maior queda registrada na série histórica, iniciada em 1996. Uma queda ainda maior do consumo das famílias foi evitada pelos programas de apoio financeiro do governo e pelo crescimento do crédito voltado às pessoas físicas. Rebeca Paiva, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, disse que a redução do auxílio emergencial e o aumento da inflação impactaram negativamente o consumo das famílias no último trimestre. No ano, a participação do consumo caiu de 64,8% para 62,7% do PIB.

Segundo a pesquisadora, a queda está relacionada a medidas de distanciamento social, seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho e sobre os serviços prestados às famílias. Por outro lado, contribuíram no programa de apoio do governo a empresas e famílias e o crescimento do crédito para as famílias. Os números do PIB mostram também que os investimentos públicos e privados (a chamada Formação Bruta de Capital Fixo) na economia brasileira recuaram 0,8% em 2020. O pior resultado anterior foi em 2015 (-13,9%). A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE afirmou que o dado do investimento

Desempenho do PIB dos três setores no 4º trimestre de 2020

Varição do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



PIB ainda não completou recuperação em V

Em número índice. Média de 1995 = 100



foi elevado por conta da importação de bens de capital, antes do fim do Repetro, regime aduaneiro especial para empresas do setor de óleo e gás.

O FGV Ibr (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) estima que o investimento teria uma queda de 8% sem o efeito das plataformas. O IBGE não faz estimativas sobre esse impacto. Apesar de inflar os investimentos, como o dado também é contabilizado como consumo (por ser importação), o efeito no PIB é nulo.

O IBGE destaca que o investimento também foi influenciado pelo aumento no número de construções imobiliárias e equipamentos para extração mineral. Além disso, no último trimestre, a produção nacional de bens de capital cresceu. O consumo do governo oscilou 4,7% no ano. O resultado é influenciado pelos números de matrículas nas escolas públicas, internações na SUS (Sistema Único de Saúde) e gastos com salários do funcionalismo. No segundo semestre, os dois primeiros fatores puxaram o número para baixo.

Outros dois componentes da demanda são as exportações e as importações. As importações de bens e serviços para o exterior recuaram 1,8%. Palást também citou uma mudança de padrão em relação a 2017-2019, quando a demanda interna contribuiu para o crescimento do PIB, mas a externa teve efeito negativo. Em 2020, assim como na recessão de 2015 e 2016, ocorreu o oposto: a demanda externa caiu 5,2%, enquanto a externa cresceu 1,25%, principalmente pela queda nas importações.

Maior vítima da pandemia, setor de serviços encolhe 4,5%

BRASÍLIA E SÃO PAULO A pandemia teve efeitos desiguais em 2020 sobre os três grandes setores que compõem o PIB, com retração em serviços e indústria e avanço na agropecuária.

Principal motor da atividade econômica e maior empregador do país, o setor de serviços amargou queda de 4,5% em 2020. Foi o maior recuo da série histórica, iniciada em 1996, de acordo com o IBGE.

O impacto foi maior nos segmentos que mais necessitam de atendimento presencial, como alimentação, hospedagem e lazer. A retomada desses segmentos tem como obstáculos as restrições ao funcionamento de parte dos estabelecimentos, o elevado desemprego, que reduz o poder de compra da população, e o temor de contaminação.

Por outro lado, algumas atividades do setor cresceram e figuraram nas posições de maior avanço na economia. É o caso dos serviços financeiros (avanço de 4% contra 2019, um movimento justificado pelas maiores operações de crédito) e das atividades mobiliárias.

Já a indústria registrou recuo de 3,5% ante 2019.

Na indústria da transformação, que tem o maior peso na indústria, houve menor atividade de no segmento automotivo, bem como em outros equipamentos de transporte, metalurgia, vestuário e acessórios, além de máquinas e equipamentos.

Os destaques positivos foram a indústria alimentícia, da farmacêutica, de papel e celulose, de produtos de fumo e de material de limpeza. Já o agronegócio teve crescimento de 2% no ano, impulsionado pelas safras de soja, café e milho. Com isso, a agropecuária aumentou sua participação no PIB de 5,4% em 2019 para 6,8% em 2020. Indústria diminuiu sua fatia de 21,4% para 20,4% e serviços, de 73,5% para 72,8%.

No quarto trimestre, na comparação com os três meses anteriores, os resultados dos três grandes setores foram de altas de 2,7% nos serviços e de 1,9% na indústria, e recuo de 0,5% na agropecuária.

Auxílio emergencial salvou vidas e a economia em 2020

OPINIÃO

Nelson Marconi

Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp-FGV), foi pesquisador visitante na Fundação Schwab em Harvard, e coordenador do programa de governo do candidato a Presidência Ciro Gomes em 2018.

O PIB caiu 4,1% em 2020, queda praticamente semelhante à observada em 1992, ano do Plano Collor, o último grande baque que sofremos. Os serviços que dependem de interação e mobilidade sofreram muito com a pandemia, bem como a construção, esta por absoluta falta de investimentos públicos. São setores que geram muitos postos de trabalho e contribuíram decisivamente para aumentar o desemprego.

O consumo das famílias despencou, e o auxílio emergencial salvou o comércio e o PIB de uma queda maior em 2020. Já a indústria registrou recuo de 3,5% ante 2019.

Na indústria da transformação, que tem o maior peso na indústria, houve menor atividade de no segmento automotivo, bem como em outros equipamentos de transporte, metalurgia, vestuário e acessórios, além de máquinas e equipamentos. Os destaques positivos foram a indústria alimentícia, da farmacêutica, de papel e celulose, de produtos de fumo e de material de limpeza. Já o agronegócio teve crescimento de 2% no ano, impulsionado pelas safras de soja, café e milho. Com isso, a agropecuária aumentou sua participação no PIB de 5,4% em 2019 para 6,8% em 2020. Indústria diminuiu sua fatia de 21,4% para 20,4% e serviços, de 73,5% para 72,8%.

No quarto trimestre, na comparação com os três meses anteriores, os resultados dos três grandes setores foram de altas de 2,7% nos serviços e de 1,9% na indústria, e recuo de 0,5% na agropecuária.

Portanto, sem a compensação na renda gerada pelo auxílio, a modesta melhoria observada no último trimestre de 2020 se tornou efêmera, então é de estranhar a queda do nível de atividade observada nos dois primeiros meses de 2021. O retorno do auxílio é essencial para salvar vidas, principalmente, mas também para evitar que a tênue economia brasileira afunde ainda mais.

Mas, apesar de urgente, o auxílio não conseguirá, isoladamente, estimular uma recuperação consistente da economia. A negociação, aparentemente proposta, do governo em enfrentar a pandemia e adotar as políticas públicas necessárias engrossará o caldo da tragédia que se avizinha. São necessárias diversas políticas públicas para reverter esse quadro, mas esse governo veio para destruir o Estado brasileiro (é o que ainda lhe confere um certo apoio por parte das elites). Nessa toada, a vaca vai para o brejo, infelizmente. Reformas nos salvariam? A única realmente importante neste momento é a tributária, e ainda assim, se substituir a taxa sobre a produção por impostos sobre a renda e patrimônio.

No fim dos ovos, o que mais pesa sobre a decisão de investir é a expectativa sobre a demanda futura. E essa palavra — demanda — não existe no vocabulário da equipe econômica.

Comportamento do consumo e do investimento no 4º trimestre de 2020

Varição do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Mercado de trabalho vai enfrentar 1º semestre desafiador

ANÁLISE

Sergio Firpo

Professor de economia de Imep

A queda de 4,1% do PIB mostra o tamanho do desafio que o mercado de trabalho enfrentará em 2021, sobretudo ao longo deste primeiro semestre. Não será surpresa se tivermos que continuar a conviver ao longo deste ano com altas taxas de desemprego e números crescentes de trabalhadores subutilizados ou em situação de desalento.

O setor de serviços tem sido o mais afetado desde o início da pandemia. Em 2020, serviços de transporte e armazenagem sofreram queda de atividade de 9,2%, enquanto ou-

tros setores, incluindo o de alimentação, perderam 12,4%. A despeito da tímida retomada após a reabertura de bares, restaurantes e hotéis na segunda metade do ano passado, as restrições iniciais à circulação afetaram dramaticamente a oferta e a demanda por serviços, sobretudo nos grandes centros. A recuperação no segundo semestre de 2020 foi insuficiente para recompor essas perdas iniciais. Como é o setor de serviços que mais emprega e onde se concentra boa parte da força de trabalho com baixa qualificação sem vínculo formal de emprego, a queda na atividade desse setor acaba por impactar negativamente a renda dos trabalhadores em si-

tuação mais vulnerável. O auxílio emergencial serviu como grande alívio aos trabalhadores mais pobres que estavam ocupados no setor de serviços. Sem emprego ou capacidade de gerar renda por si próprios, se não fosse pelo auxílio, eles teriam tido perdas de bem-estar ainda maiores. Ademais, foi a manutenção da demanda das famílias mais pobres, via auxílio, que permitiu que o comércio não sofresse demasiado durante a crise. Na verdade, o auxílio não só garantiu como em muitos casos aumentou o poder de compra de milhões de famílias. Sabe-se, contudo, que o valor e sua cobertura foram relativamente altos, tanto na comparação com programas

sociais já existentes quanto pela indisponibilidade de recursos para financiá-los, pois a pandemia surgiu num momento em que o governo federal já não dispunha de quase nenhum espaço fiscal. Em 2021, não será possível, nem mesmo com a flexibilização nos gastos obrigatórios, oferecer auxílios nos mesmos moldes de 2020. Como as famílias continuarão a precisar despender com alimentação, moradia e outros itens, espera-se que a redução no valor e na cobertura do auxílio emergencial gere pressão sobre o desemprego, elevando-o. Isso ocorrerá, pois haverá uma maior procura por postos de trabalho em um ambiente de continuidade, senão incremen-

tada, restrição à circulação. O aumento da restrição à circulação, justificável do ponto de vista da saúde pública e da limitação do sistema hospitalar, reduzirá demanda e oferta de bens e serviços, fechando postos de trabalho. Não deveremos ter as notícias vindas do mercado de trabalho em 2021, sobretudo no primeiro semestre. Continuaremos a conviver com altas taxas de desemprego e de subutilização do trabalho. Asolutão, desta vez, parece vir mais dos instrumentos de saúde pública que dos de política econômica. Torçamos (e exijamos) para que consigamos nos vacinar rápido e voltar, com segurança, às atividades econômicas usuais.

Veículo: Folha de São Paulo – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 04/03/21 – Cidade/UF: SP

Título: Ação da Petrobras despenca após saída de conselheiros; dólar bate os R\$ 5,77 Impacto: Neutro

A20 QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Ação da Petrobras despenca após saída de conselheiros; dólar bate os R\$ 5,77

BC injeta mais US\$ 2 bi no mercado e consegue frear alta da moeda, que fecha cotada a R\$ 5,66

Júlia Moura

SÃO PAULO O pregão desta quarta (3) foi marcado pela alta volatilidade. Após ir a R\$ 5,7730 na máxima, em uma alta de 1,87%, o dólar perdeu força e fechou em leve queda de 0,08%, a R\$ 5,6620.

O câmbio cedeu após o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizer que a PEC Emergencial não traz risco ao teto de gastos, mecanismo que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior.

O governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e outras lideranças no Congresso também descartaram qualquer tentativa de retirar o Orçamento destinado ao Bolsa Família do teto.

Especulações de que seriam apresentadas emendas para deixar o Bolsa Família fora do teto aumentaram a pressão sobre o mercado nesta quarta, já que investidores temem, com isso, uma piora das contas públicas.

Além disso, o relator da PEC Emergencial, senador Márcio Bittar (MDB-AC) apresentou complementação de voto em que fixa limite de US\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial que poderá ser excepcionalizado das regras fiscais em 2021.

O mercado vinha havia dias temendo que o Senado optasse por votar uma PEC muito

Dólar tem sessão volátil

Moeda americana nesta quarta (3), minuto a minuto, em R\$



Fonte: CMA

mais desidratada e fatiada, o que, somado às intervenções de Bolsonaro em estatais, inflou temores de uma guinada da política econômica.

Para conter a alta do dólar, o BC injetou US\$ 2 bilhões nos mercados futuros de câmbio por meio de dois leilões de swap cambial tradicional. Em cinco pregões, o BC já despejou no mercado o equivalente a US\$ 7,175 bilhões em valores somados de intervenções nos mercados spot e futuro.

No ano, o dólar acumula alta de cerca de 9%. Dentre emergentes, o real é a moeda que mais se desvaloriza em 2021.

Diante das incertezas da sessão, o risco-país medido pelo CDS de cinco anos chegou a subir 5,38%, mas perdeu força e fechou em alta de 1,65%, a 194 pontos, maior patamar desde novembro.

O CDS funciona como termômetro informal da confiança dos investidores em relação às economias dos países, especialmente emergentes. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país. Se ele cai, o recado é o inverso.

Em um sinal de aversão ao risco do mercado pelo temor ao teto de gastos, os juros futuros também subiram. O juro para abril de 2024 foi de 7,059% na terça (2) para 7,314% nesta quarta. A taxa para janeiro de 2027 foi de 8,12% para 8,42%.

Tudo que envolve contabilidade criativa para financiar gastos públicos é motivo para uma resposta negativa do mercado. Vale destacar também a pressão negativa vinda das Bolsas americanas com mais uma alta dos Treasuri-

es, o que reduz o apetite por risco globalmente", disse Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

Treasuries são títulos do Tesouro dos EUA. Os juros de remuneração destes títulos têm subido nos últimos dias, à medida que investidores demandam remunerações maiores com receio à inflação.

Em Nova York, o índice acionário S&P 500 caiu 1,30%. Dow Jones teve queda de 0,39% e o Nasdaq, de 2,70%.

No Brasil, as ações da Petrobras tiveram nova sessão de forte queda nesta quarta, após 4 dos 11 membros do conselho de administração da companhia informarem, na noite de terça (2), que não aceitarão a recondução ao cargo na próxima assembleia geral extraordinária da estatal.

A decisão vem após Bolsona-

ro decidir trocar Roberto Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna no comando da petroleira por críticas à política de preços da empresa. A troca foi interpretada pelo mercado como interferência do governo na estatal.

"Isso causa muita preocupação. Parte do mercado vê que o governo pode ocupar mais espaço no conselho. É mais um fator de incerteza para o ativo e para a condição das políticas da companhia", diz Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messer Investimentos.

"Hoje, o mercado não dá benefício da dúvida [para a Petrobras]. Há cautela sobre quem serão os próximos conselheiros e os próximos passos da companhia", diz Ilan Abertman, analista da Ativa Investimentos.

As ações preferenciais (mais negociadas) chegaram a cair 6,87% na sessão, contaminadas também pelos receios fiscais. Ao fim da sessão, fecharam a R\$ 21,19, queda de 3,63%.

As ordinárias (com direito a voto) recuaram 4,29%, a R\$ 20,97.

O Ibovespa, principal índice acionário do país, também teve grandes oscilações na sessão.

No pior momento, o índice caiu 3,65%. Ao fim do pregão, porém, reduziu queda para 0,31%, a 111.183,95 pontos.

Com Reuters

Conselho de administração da estatal sofre mais uma baixa

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O advogado Leonardo Pietro Antonelli comunicou à Petrobras que não aceitará a renovação de seu mandato como representante do governo no conselho de administração da empresa. É a quinta baixa no colegiado após o anúncio da troca no comando da estatal.

Antonelli ocupa desde julho de 2020 uma das oito cadeiras do conselho destinadas à União. Embora o governo tenha proposto a recondução de seus representantes, outros quatro conselheiros já haviam anunciado na terça (2) não ter interesse em permanecer.

Como foram eleitos em bloco, todos os representantes do governo no conselho terão o mandato interrompido automaticamente na próxima assembleia de acionistas.

O governo chegou a propor a recondução dos seus outros sete representantes, mas até o momento, cinco já recusaram a proposta — além de Antonelli, João Cox Neto, Nívio Ziviani, Paulo Cesar de Souza e Silva e Omar Carneiro da Cunha comunicaram a empresa que não querem ser reconduzidos. O governo ainda não divulgou os nomes que substituirão os executivos que declinaram do convite pela recondução.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Intervenções de Bolsonaro elevam preços, dizem analistas **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ★★★

QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2021 **A21**

mercado

Intervenções de Bolsonaro elevam preços, dizem analistas

Medidas desorganizam mercados, pressionam dólar e realimentam inflação

Eduardo Cuccolo

SÃO PAULO De olho nas eleições presidenciais de 2022, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenta combater um inimigo que já derrubou a popularidade de muitos antecessores. Desde o ano passado, ele tem manifestado o desejo ou adotado medidas para segurar a alta da inflação.

Na avaliação de economistas, a ação estatal terá pouco efeito nos preços dos produtos afetados pelas medidas e pode contribuir para espalhar a inflação por toda a economia, algo que já foi visto em outros governos que também tentaram frear a carestia com medidas consideradas mais populistas do que eficientes.

Em 2013, por exemplo, as manifestações de rua começaram com a aplicação de um reajuste de transporte coletivo que havia sido adia do a pedido do governo federal. Em 2015, a liberação de preços de energia e combustíveis repressados foi um dos fatores que derrubaram a popularidade de Dilma Rousseff (PT) às vésperas do impeachment.

O governo Bolsonaro já tentou intervir no preço do arroz em 2020 e, neste ano, decidiu mexer nos reajustes de combustíveis, além de anunciar que irá atacar também a questão da energia elétrica.

As falas e as ações do presidente na área econômica, no entanto, contribuíram para enfraquecer a agenda liberal do ministro Paulo Guedes, o titular da área, e tiveram repercussões negativas em outros preços. Afetam em particular o câmbio, um dos principais fatores que pressionam a inflação desde o ano passado.

Em 2020, a inflação ao consumidor acumulada em 12 meses medida pelo IPCA do IBGE chegou a ficar abaixo de 2%. Atualmente, os índices de preços estão acima de 4,5% e devem se aproximar de 6% em meados de 2021.

São percentuais ainda distantes da hiperinflação anterior ao Plano Real, mas acima do objetivo do BC (Banco Central), cuja responsabilidade é zelar pela preservação do valor da moeda nacional. O BC estabeleceu como meta manter a inflação em 3,75% no ano, com tolerância 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Ou seja, o limite máximo para a inflação no ano é 5,25%.

Entre os produtos que mais subiram estão itens da cesta básica, como feijão, arroz e óleo de soja, que quase dobraram de preço em 12 meses, além de bens que dependem de insumos com preços determinados no mercado internacional. Também pesam na cesta de consumo os combustíveis, alvo atual do presidente, que reduziu a tributação do diesel e gás de cozinha.

William Baghdassarian, economista do Ibmec Brasília, afirma que vários governos têm insistido em adotar políticas públicas por meio de desonerações tributárias, em vez de seguir o caminho orçamentário, o que torna o resultado da política incerto e traz efeitos econômicos colaterais.

Para Baghdassarian, seria melhor dar um voucher para cada caminhoneiro do que ficar mexendo em tributos e segurando preços.

"A curto prazo, não vai ter um efeito tão grande. A médio prazo, você tem outros problemas. O imposto federal é uma parcela pequena desses preços. O governo pode dar um alívio, mas não necessariamente o posto vai baixar. Isso vai beneficiar um grupo pequeno e não na proporção que o governo acha que vai."

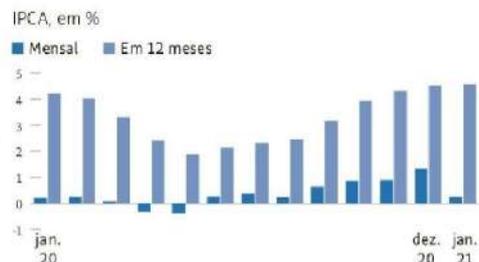
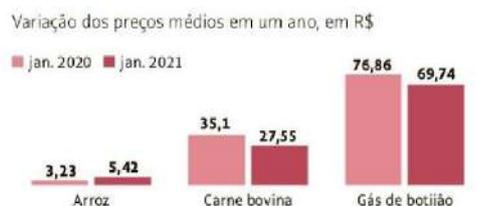
"Parte dessa alta do preço dos combustíveis também pode ser atribuída a uma estratégia do governo de comunicação que traz uma certa insegurança. Quando vou na televisão e causo uma tensão nos mercados, na prática estou subindo o dólar e isso vai cair no bolso das pessoas."

André Braz, coordenador do IPC (índice de preços ao consumidor) do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), afirma que a parcela da inflação que foi reduzida com a intervenção nos reajustes da gasolina e do diesel vai voltar por meio de outros setores.

"É um tiro no pé que o governo pode dar fazendo intervenção, aumentando a incerteza e trazendo uma desvalorização [cambial] que vai contaminar uma seara de outros produtos que, indiretamente, vão produzir um efeito pior do que se você deixasse os combustíveis seguirem as leis de mercado", afirma.

Braz diz que a inflação de 2020 ficou mais concentrada nos alimentos, mas que em 2021 haverá uma contaminação de diversos itens e que a alta de serviços, preços administrados e bens duráveis será

Categories que pressionam a inflação



Fontes: IBGE, IEA (Instituto de Economia Agrícola) e ANP

sentida de maneira mais forte. "Nesse cenário é mais complicado esperar uma inflação bem-comportada, principalmente quando o governo decide controlar certos preços. Isso não funciona. Já aprendemos de forma muito dura que intervir nas leis de mercado não é bom para a economia."

Paulo Gala, diretor geral da Fator Administração de Recursos, lembra que o reajuste de combustíveis já foi alvo de intervenções nos governos FHC, Dilma e Michel Temer e tem sido um problema para diversos países. Nenhuma administração, no entanto, tem meio para segurar esses preços durante muito tempo, dado o peso do dólar e das cotações internacionais.

Para Gala, é possível controlar os efeitos secundários dessa alta, que são os repasses para outros preços, algo difícil de ocorrer em uma economia deprimida como a brasileira.

"Como a economia está implodindo, o desemprego vai a 15%, não tem perspectiva de crescimento, podemos ficar tranqüilo que não vai voltar inflação no Brasil", afirma.

"Agora, se os investidores ficam mais apreensivos, isso acaba retroalimentando uma espiral de risco país e desvalorização cambial que só agrava o nosso cenário já muito difícil, porque as commodities não param de subir em dólar."

Para Gala, seria positivo adotar alguma política de suavização dos reajustes dos combustíveis, em vez de seguir uma regra de reajustes quase semanais, mas não é possível controlar inflação segurando os preços da gasolina.

Ele avalia que a inflação, conforme mostram as projeções de mercado, deve recuar no próximo ano e se manter perto do centro da meta fixada pelo Banco Central, que deverá voltar a subir os juros em breve, mas para patamar ainda historicamente baixos.

Marcelo Neves, professor da Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), avalia que a desoneração dos combustíveis corre o risco de não chegar totalmente ao consumidor e que o governo não tem como compensar uma nova rodada de alta de preços de combustíveis no mercado externo.

"Uma desoneração tem algum impacto momentâneo. Essas soluções imediatistas têm efeito muito curto. Você tem desvalorização do câmbio e alta do petróleo, que são vetores com a mesma direção e sentido. Se reduzir os preços 5% [com tributos] e continuar tendo aumento do barril de petróleo e desvalorização, isso vai desaparecer muito rapidamente", afirma.

"O que precisa é ter estabilidade, regras estáveis e estocque regulador para esses picos de consumo."

Agropecuária passa pelo primeiro ano da pandemia incólume

ANÁLISE

Mauro Zafalon

SÃO PAULO O PIB da agropecuária tomou rumo diferente do dos demais setores em 2020. Terminou o ano com evolução acumulada de 2% e foi o único a crescer.

No último trimestre, no entanto, mostrou fraquezas e foi o único a cair.

O crescimento do PIB agrícola em 2020 já era esperado, embora o mercado apostasse em taxa maior. Apesar da pandemia, o setor manteve seu ritmo de plantio, de colheita e de transporte das mercadorias.

O setor foi ajudado, ainda, por uma boa produção e aumento de produtividade. A soja, o carro-chefe da agropecuária, atingiu safra recorde, com evolução de 3,5% na produtividade.

O café, que teve aumento na safra, também foi um dos suportes do PIB agropecuário. A evolução de 19% na produtividade dos cafezais permitiu safra recorde.

Cana, algodão e trigo, devido ao melhor rendimento no campo, também tiveram boa participação no PIB no ano passado.

Já no último trimestre, o PIB agropecuário recuou 0,5%, em relação ao período imediatamente anterior, e 0,4%, sobre o quarto trimestre de 2019.

Essas quedas se devem à perda de fôlego de algumas culturas importantes, como a de laranja e a de fumo, afetadas pelo clima.

Apesar do desempenho ruim de algumas culturas, a lavoura compensou perdas na pecuária. A escassez de animais no pasto fez a bovinocultura produzir 6,5% menos carne em 2020.

O PIB agropecuário de 2021 voltará a ter taxas positivas, mas contidas. Cana, café e algodão terão safra menores, enquanto milho e laranja repetirão os volumes produzidos em 2020.

A soja vai incrementar o setor, mas deverá inibir a expansão do PIB de janeiro a março, devido ao atraso na colheita e à menor oferta da oleaginosa no período.

O efeito da Covid-19, que assustou o setor no início da pandemia, não deverá afetar muito as atividades agropecuárias neste ano. Já foi assim em 2020.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** São Paulo / SP

Título: Brasil deixa o grupo das dez maiores economias após retração em 2020 **Impacto:** Neutro

Brasil deixa o grupo das dez maiores economias após retração em 2020

País cai para 12ª posição e previsão é de nova queda este ano. Para economista, só vacinação e reformas podem mudar quadro

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@op.globo.com.br
SIGREIO

Depois de 14 anos, o Brasil deixou de figurar entre as dez maiores economias do mundo. Com a queda de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, afetado pela pandemia, o Brasil passou a ocupar a 12ª posição entre as maiores economias do mundo. O ranking foi elaborado por Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, agência de

classificação de risco.

— O Brasil entrou para o grupo das dez maiores economias mundiais em 2006, mas caiu para a 12ª posição em 2020, depois de 14 anos. Em 2019, o país ocupava o 9º lugar, mas no ano passado foi ultrapassado por Canadá, Coreia e Rússia —disse Agostini.

Agostini observa que, para este ano, sua estimativa é que o Brasil possa perder mais duas posições e cair para a 14ª colocação, sendo ultrapassado por Espanha e Itália.

O ranking é baseado em dados do FMI. Agostini observa que a desvalorização de 32,9% do real frente ao dólar ano passado também contribuiu para essa queda no ranking, já que para efeito de comparação os PIBs estão dolarizados.

— O encolhimento do PIB em relação a outros países mostra perda de eficiência e competitividade da economia. Além disso, a desvalorização cambial acentuada também mostra que algo está errado, com perda de con-

A LISTA DOS MAIORES PIBS

Em bilhões de dólares

1º		Estados Unidos	20.807,3
2º		China	14.860,8
3º		Japão	4.910,6
4º		Alemanha	3.780,6
5º		Reino Unido	2.638,3
6º		Índia	2.592,6
7º		França	2.551,5
8º		Itália	1.848,2
9º		Canadá	1.600,3
10º		Coreia do Sul	1.586,8
11º		Rússia	1.464,1
12º		Brasil	1.420,6
13º		Austrália	1.334,7
14º		Espanha	1.247,5
15º		Indonésia	1.088,8

Fonte: Austin Rating

Editoria de Arte

fiança dos investidores e de produtividade.

O economista lembra que a moeda brasileira foi a que mais se desvalorizou no ano passado, um movimento que segue em marcha este ano. Além disso, a vacinação caminha a passos lentos, o que retarda a recuperação da economia.

Na comparação do desempenho do PIB em 2020, o Brasil ficou na 21ª colocação, com a queda de 4,1% da economia, atrás de países como Letônia (o 17º) e Nigéria (7º).

Apenas três países apresentaram crescimento, entre os 50 analisados pelo estudo: Taiwan (alta de 3,1%), China (2,0%) e Turquia (1,6%).

— Para o Brasil voltar a fazer parte desse grupo seleto de economias, uma vitrine para os investimentos, precisa colocar a casa em ordem. A vacinação é importante, as reformas precisam andar no Congresso, assim como a aprovação das PECs, que podem dar mais mobilidade na gestão do Orçamento. Precisa reduzir despesas e avançar nas privatizações —disse Agostini.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 04/03/21 – **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: Proposta que destrava auxílio avança no senado **Impacto:** Neutro

Proposta que destrava auxílio avança no Senado

Texto, aprovado em 1º turno, permite que despesa com programa não fique sujeita a regras fiscais, desde que gasto total não ultrapasse R\$ 44 bi. Governo vai considerar composição familiar para conceder benefício. Mulheres com filhos receberão mais

GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E PAULO C. APPELLI
economista@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre espaço para o pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial. O texto permite que as despesas com o benefício não fiquem sujeitas a regras fiscais, desde que o valor total gasto com o programa não ultrapasse R\$ 44 bilhões. Ao mesmo tempo, cria regras para controle de contas públicas. O projeto foi aprovado por 62 votos a favor, dos 49 necessários. Outros 16 senadores votaram contra.

O segundo turno de votação está previsto para a manhã de hoje. Depois, a proposta será encaminhada à Câmara. Se não for modificada pelos deputados, a PEC é promulgada pelo Congresso e, só então, entra em vigor.

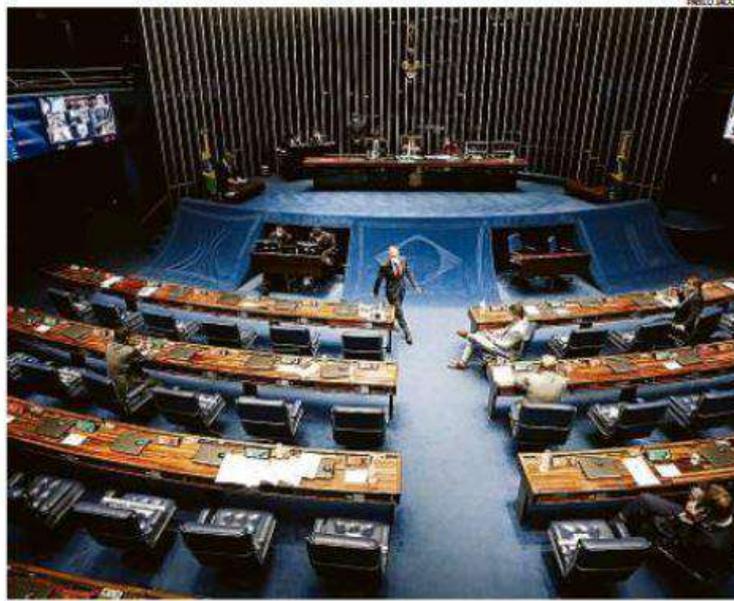
De acordo com o texto, apelidado de PEC Emergencial, os gastos do governo com o auxílio não serão limitados por travas como o teto de gastos — que limita o crescimento das despesas à inflação — e a meta fiscal. Como contrapartida, autoriza que União, estados e municípios acionem medidas de ajuste em caso de ne-

cessidade. Não há, no entanto, exigência de corte imediato de gastos para liberar o benefício.

Antes do início da votação, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, teve que atuar nos bastidores para barrar a tentativa de tirar o Bolsa Família do teto de gastos, ideia a que começou a ganhar força na terça-feira. Guedes e assessores passaram o dia em ligações com deputados e senadores.

Apesar da preocupação de Guedes, o sinal verde para que líderes avançassem nas negociações foi dado a senadores pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo fontes. Nas conversas, a equipe econômica alertou que, apesar de bem intencionada, a medida poderia ter um impacto ruim. O argumento é que flexibilizar o teto de gastos aumentará incertezas, tendo como consequência a alta de juros, do dólar e do desemprego.

RESTRIÇÕES DESIDRATADAS
A estratégia permitiria, na prática, que o espaço de R\$ 34,9 bilhões no Orçamento separado para o programa pudesse ser gasto com outras iniciativas. A ideia começou a ser debatida sob a justificativa de reforçar o benefício no segundo semestre, quando o auxílio emergencial acabar. Mas esse



Próxima etapa. Votação da PEC no Senado: se não for modificada pelos deputados, é promulgada e entra em vigor

objetivo deve ser alcançado por meio de remanejamento de cerca de R\$ 10 bilhões que devem ser economizados com a migração de beneficiários do Bolsa Família para o auxílio.

A proposta perdeu força à tarde, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se pronunciou publicamente e descartou a proposta. "Quero deixar claro que são infundadas todas as especulações so-

bre furar o teto", escreveu Lira em uma rede social.

Apesar de manter o Bolsa Família no teto, a proposta apresentada ontem desidrata parte das medidas de controle de gastos. Antes, ao acionar o Estado de Calamidade Pública, o governo não poderia conceder aumento de salários por dois anos. Agora, a proibição de reajuste só valerá durante o período de Estado de Calamidade.

O governo vai considerar a composição familiar na hora de conceder o novo auxílio emergencial. Segundo fontes envolvidas nas discussões, o valor do auxílio será de R\$ 250, mas mulheres com filhos terão direito a uma cota maior, de R\$ 375. Famílias compostas apenas por uma pessoa receberão R\$ 150. A expectativa é que os repasses comecem no dia 18 para quem já recebe o Bolsa Família.

Já está definido no governo que o novo auxílio será pago em quatro parcelas a apenas um membro da família e não poderá ser acumulado com outros repasses. A estratégia é focalizar melhor o auxílio e atingir maior número de pessoas, um universo de 46 milhões de famílias.

CRITÉRIOS DE RENDA

Nessa nova etapa, deverão ser mantidos os mesmos critérios de renda para acessar o auxílio, de meio salário mínimo por pessoa da família (R\$ 550) e de renda total familiar de até três salários mínimos (R\$ 3.300). Os dois requisitos serão aplicados de forma conjunta, ou seja, uma família de apenas três pessoas com renda de até três pisos não será beneficiada.

Além disso, não terão direito ao auxílio pessoas que recebem algum tipo de benefício do governo, como aposentadoria, pensão, benefício de prestação continuada (BPC) e seguro-desemprego, assim como trabalhadores com carteira assinada, servidores públicos e militares.

Os detalhes constarão de uma medida provisória (MP) a ser editada nos próximos dias. Caberá ao Ministério da Cidadania definir o cronograma a ser cumprido pela Caixa Econômica Federal.

Clippings

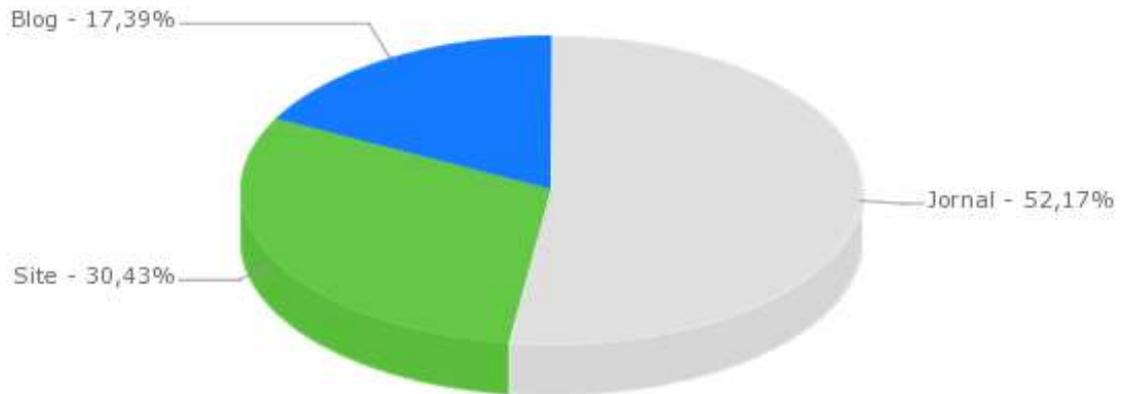
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca t	Pgs .	Centim./Minut.	Valor Editori al
03/03/21	Blog do FM	Blog		RN	Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise	Positivo	Matéria		B			
03/03/21	Portal da Tropical	Site	Natal	RN	Entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras para tentar amenizar crise	Positivo	Matéria		A			
03/03/21	Carlos Santos	Blog		RN	Setor produtivo pede socorro para segmento atingido por pandemia	Positivo	Matéria		B			
03/03/21	Turismo Por Cristina Lira	Blog	Natal	RN	Estão abertas novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN	Positivo	Matéria		B			
03/03/21	SETUR – Secretaria de Turismo do RN	Site		RN	Novas vagas para cursos online de biossegurança estão com inscrições abertas até este domingo (07)	Positivo	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
03/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Estão abertas novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN	Positivo	Matéria		A			
03/03/21	Potiguar Notícias	Site		RN	CNC e Federações lançam campanha sobre adesão à Contribuição Assistencial	Positivo	Matéria		B			
03/03/21	Blogs e-TURISMO	Blog		RN	Pesquisa revela que setor de artesanato cresce no digital, mas perde com ausência de feiras	Neutro	Matéria		B			
03/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Shopping de Natal ganha selo de limpeza contra Covid-19	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Parnamirim atualiza funcionamento do comércio e publica medidas de combate à Covid-19	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Município do Natal publica novas regras em decreto	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	Estadão	Jornal		DF	Leilão de 5G pode custar R\$ 12 bi	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					além do previsto							
04/03/21	Estadão	Jornal		DF	'Sem vacinação em massa não saímos desse problema'	Neutro	Entrevista		A			
04/03/21	Estadão	Jornal		DF	Casa Verde e Amarela tem lançamentos suspensos por disparada nos custos	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	Estadão	Jornal		RJ	PIB cai 4,1% e piora da pandemia põe em xeque capacidade de retomada	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	Estadão	Jornal		DF	Na pior década da história, renda dos brasileiros encolhe 5,5%	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Economia sofre maior tombo em 30 anos	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Economistas não veem sinal de fim de recessão e já falam em ano perdido em 2021	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Motor do PIB, consumo das famílias tem queda recorde	Neutro	Matéria		A			

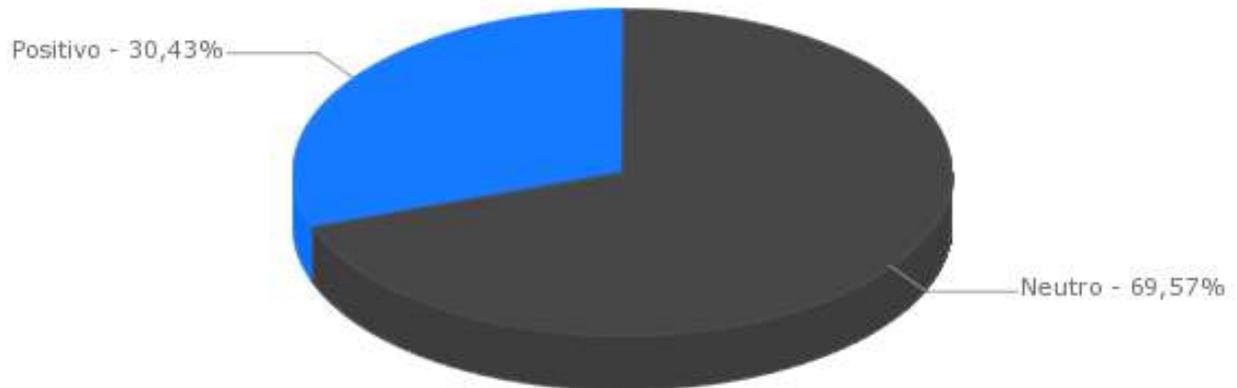
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
04/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Ação da Petrobrás despenca após saída de conselheiros; dólar bate os R\$ 5,77	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Intervenções de Bolsonaro elevam preços, dizem analistas	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Brasil deixa o grupo das dez maiores economias após retração em 2020	Neutro	Matéria		A			
04/03/21	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Proposta que destrava auxílio avança no senado	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 23												

Clippings por Tipo de Mídia



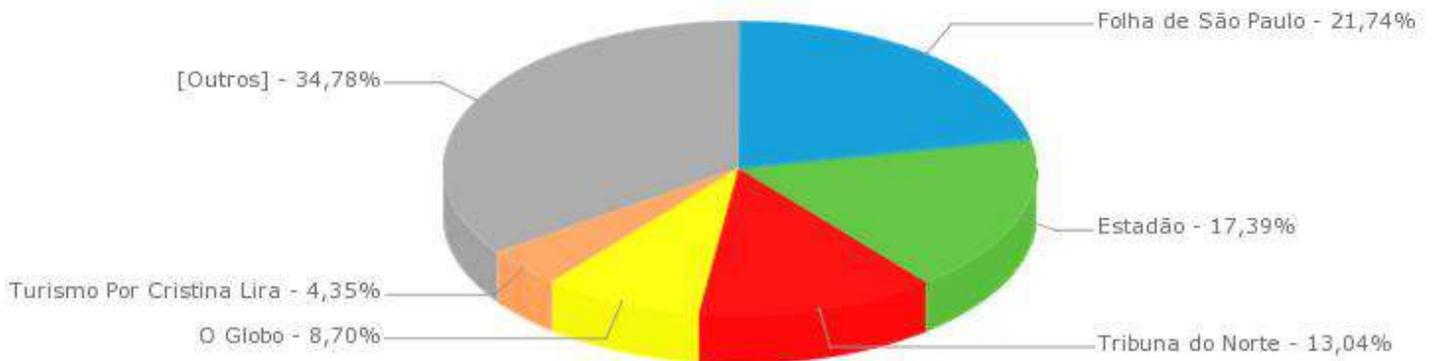
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	12	52,17 %
Site	7	30,43 %
Blog	4	17,39 %
		Total: 23

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	16	69,57 %
Positivo	7	30,43 %
		Total: 23

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Folha de São Paulo	Jornal	5	21,74 %
Estadão	Jornal	4	17,39 %
Tribuna do Norte	Site	3	13,04 %
O Globo	Jornal	2	8,70 %
Turismo Por Cristina Lira	Blog	1	4,35 %
Portal da Tropical	Site	1	4,35 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	4,35 %
SETUR – Secretaria de Turismo do RN	Site	1	4,35 %
Blog do FM	Blog	1	4,35 %
Potiguar Notícias	Site	1	4,35 %
Blogs e-TURISMO	Blog	1	4,35 %
Estadão	Jornal	1	4,35 %
Carlos Santos	Blog	1	4,35 %
Total:			23